

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2017/2018**



TII

**O IMPACTO DA POLÍTICA EXTERNA DA EUROPA NO ÂMBITO
DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA MARÍTIMA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA MARINHA PORTUGUESA.**

Rui Manuel de Almeida Valverde

1TEN M



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O IMPACTO DA POLÍTICA EXTERNA DA EUROPA NO
ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
MARÍTIMA

1TEN M Rui Manuel de Almeida Valverde

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M 2017-18

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O IMPACTO DA POLÍTICA EXTERNA DA EUROPA NO
ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
MARÍTIMA**

1TEN M Rui Manuel de Almeida

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M 2017-18

Orientador: CAPITÃO-DE-FRAGATA, MARINHA, José António Zeferino
Henriques

Coorientador: CAPITÃO-DE-FRAGATA, MARINHA, José Alberto
Rosário dos Santos Gonçalves

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Rui Manuel de Almeida Valverde**, declaro por minha honra que o documento intitulado **O Impacto da Política Externa da Europa no âmbito das Operações de Segurança Marítima** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior 2017/18** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 18 de maio de 2018

Rui Manuel de Almeida Valverde



Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas que, de diversas formas, deram a sua contribuição em diferentes etapas, não podendo eu deixar de as mencionar e expressar o meu mais sincero agradecimento.

Ao meu orientador, Capitão-de-fragata Zeferino Henriques, por ter aceite a responsabilidade de me orientar, e constituir-se como um apoio essencial para a realização deste trabalho de investigação, apesar das exigentes funções que desempenha na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, sempre me tranquilizou com a sua postura positiva e alegre, característica que lhe reconheço como meu Comandante de Companhia na Escola Naval e como meu Comandante no NRP *Baptista de Andrade*.

Ao meu coorientador Capitão-de-fragata Santos Gonçalves, pelo apoio e disponibilidade na orientação metodológica do trabalho.

Ao Vice-almirante Silvestre Correia e ao Capitão-de-mar-e-guerra Neves Correia que tiveram a amabilidade de responder às minhas questões, conferindo-me uma visão mais próxima da União Europeia fruto do desempenho das suas funções na Representação Militar Portuguesa junto da NATO e da União Europeia.

À Dra. Elisabete Gomes, que assumiu um papel essencial com as suas orientações, disponibilidade e espírito crítico ao longo de todo o trabalho e que permitiram estabelecer o rumo correto à investigação.

Ao Capitão-de-mar-e-guerra Salvado de Figueiredo, que demonstrou sempre uma preocupação sincera com o meu percurso no Curso de Promoção a Oficial Superior, auxiliando-me desde o início com documentação relevante, e me concedeu uma entrevista muito significativa para o meu trabalho de investigação.

Ao Comandante Sardinha Monteiro e ao Comandante Rodrigues Pedra, um especial agradecimento pela partilha de conhecimentos e entrevistas muito pertinentes que me concederam.

Ao Major Ferreira Cruz, pela excelente entrevista que me concedeu, e pelo interesse que demonstrou relativamente ao meu trabalho desde o primeiro momento em que dele tomou conhecimento, auxiliando-me com os seus conhecimentos que se revelaram fundamentais.

Finalmente, à minha mulher, Andreia, ao meu filho Henrique, à minha família e amigos, pelo incentivo e companheirismo insubstituíveis ao longo de mais esta missão.

A todos, o meu sincero Obrigado.



Índice

Introdução.....	1
1. Aspetos de Investigação.....	4
1.1. Resumo da metodologia	5
1.2. Percurso metodológico	5
1.3. Instrumentos metodológicos	5
2. A União Europeia e o Mediterrâneo. Situação geoestratégica.	6
2.1. A União Europeia	6
2.2. O Mar Mediterrâneo	7
2.3. Situação Geoestratégica.....	9
2.4. A Estratégia Marítima da UE e a sua adequabilidade ao Mediterrâneo	9
2.5. Síntese conclusiva.....	11
3. As Operações de Segurança Marítima Europeias.....	12
3.1. Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia	12
3.2. Operações de Segurança Marítima da UE	13
3.3. Contributo das MSO da UE para a Segurança Marítima Europeia e Mundial	15
3.4. Síntese conclusiva.....	16
4. O Futuro das Operações de Segurança Marítima	18
4.1. O futuro das EU MSO	18
4.2. Síntese conclusiva.....	21
Conclusões.....	23
Bibliografia.....	27



Índice de Apêndices

Apêndice A - Entrevistas	Apd A – 1
--------------------------------	-----------

Índice de Figuras

Figura 1 - De onde vêm o petróleo e o gás importados pela Europa.....	7
Figura 2 - Mar Mediterrâneo e pontos de acesso.....	8
Figura 3 - Missões e Operações no âmbito da CSDP em 2017.....	18

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Esquema do Objeto, Objetivos e Questões de Investigação	2
Tabela 2 - Lista de entrevistados e respetivos dados biográficos.....	Apd A-1



Resumo

Os atuais riscos e ameaças à segurança marítima apresentam à União Europeia (UE) grandes desafios, nomeadamente, no que diz respeito ao Mediterrâneo, exigindo uma atuação determinada da sua Política Externa.

Com a presente investigação pretende-se determinar o impacto da Política Externa da Europa no âmbito das Operações de Segurança Marítima, através de uma pesquisa desenvolvida tendo como base um raciocínio indutivo e uma estratégia qualitativa com um desenho típico de um caso de estudo.

Verificou-se que a Estratégia Marítima da UE se adequa ao Mediterrâneo, apesar da necessidade de esta evoluir para uma estratégia mais robusta. Em relação aos objetivos das Operações de Segurança Marítima da UE, estes foram claramente identificados, concluindo-se que ainda existe uma grande margem de manobra para atuar. Por fim, perspetivou-se que os mandatos das operações de segurança marítima em curso sejam estendidos, sendo previsível ainda que venha a surgir uma nova operação, desta vez no Golfo da Guiné.

Do estudo realizado, verifica-se que a Política Externa da UE procura influenciar as Operações de Segurança Marítima por forma a que estas se assumam como um instrumento de política externa mais eficaz e permitam que a UE se assuma como um ator global.

Palavras-chave

Política Externa, União Europeia, Operações de Segurança Marítima, Mediterrâneo.



Abstract

The current risks and threats to maritime safety present to the European Union (EU) major challenges, particularly regarding the Mediterranean, requiring a determined performance of its foreign policy.

With this research, it is intended to determine the impact of Europe's foreign policy on maritime safety operations through a research developed based on inductive reasoning and a qualitative strategy with a design Typical case study.

It was found that the EU maritime strategy is suitable for the Mediterranean, despite the need for it to evolve into a more robust strategy. In relation to the objectives of EU maritime safety operations, these have been clearly identified, concluding that there is still a large margin of manoeuvre to act. Finally, it is perspective that the mandates of maritime security operations in progress are extended, a new maritime safety operation in the Gulf of Guinea is still foreseeable.

From the study, it is found that the EU's foreign policy seeks to influence maritime safety operations in such a way that they become a more effective foreign policy instrument and allow the EU to assume itself as a global actor.

Keywords

Foreign Policy, European Union, Maritime Safety Operations, Mediterranean



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

- AMISOM - *African Union Mission in Somalia*
- CEP - *Cooperação Estruturada Permanente*
- CFSP - *Common Foreign and Security Policy*
- COPS – *Comité Político e de Segurança*
- CISE - *Common Information Sharing Environment*
- CSDP - *Common Security and Defence Policy*
- ECGFA NET - *European Coast Guard Functions Academy Network*
- EU - *European Union*
- EUA - *Estados Unidos da América*
- EUMC - *European Union Military Committee*
- EUMSS - *European Union Maritime Security Strategy*
- EU NAVFOR - *European Union Naval Force*
- FRONTEX - *European Border and Coast Guard Agency*
- GoG - *Golfo da Guiné*
- HoA – *Horn of Africa*
- IMO - *International Maritime Organization*
- MSO - *Maritime Security Operations*
- NATO - *North Atlantic Treaty Organization*
- PA - *Primaveras Árabes*
- OE - *Objetivo Específicos*
- OG - *Objetivo Geral*
- OI - *Objeto de Investigação*
- ONU - *Organização das Nações Unidas*
- PCSD - *Política Comum de Segurança e Defesa*
- PESC - *Política Externa e de Segurança Comum*
- PESCO - *Permanent Structured Cooperation*
- PEV - *Política Europeia de Vizinhança*
- PIB - *Produto Interno Bruto*
- PMI - *Política Marítima Integrada*
- QC - *Questão Central*
- QD - *Questões Derivadas*



SEAE - Serviço Europeu de Ação Externa

TIFC - Trabalho Individual de Fim de Curso

TTP - Táticas, Técnicas e Procedimentos

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia

UNCLOS - *United Nations Convention on the Law of the Sea*

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

WFP - *World Food Programme*



Introdução

A Política Externa da União Europeia (UE) e as Operações de Segurança Marítima são um assunto da atualidade devido principalmente à grande pressão a que a costa sul da Europa (costa mediterrânica) tem estado submetida com o constante fluxo migratório originário do Norte de África e do Médio Oriente.

A sinopse proposta para o tema preconiza que “O Norte de África e Médio Oriente são regiões essenciais para a projeção externa da UE. Um novo e moderno ambiente de segurança apresenta aos países europeus e aos seus parceiros um amplo espectro de desafios, particularmente evidentes quando manifestados nos domínios marítimos na fronteira sul do Mediterrâneo. O atual contexto de segurança requer orientações operacionais imediatas e objetivos tangíveis, despidos de influências mediáticas e políticas pacifistas” (IUM, 2017).

Esta relação de causa-efeito entre a política externa e as operações de segurança marítima, que é o cerne da presente investigação, tem uma importância essencial para que a UE possa atingir uma posição respeitável e de peso como ator global. Importa por isso, verificar se a doutrina, as operações e o treino associado às operações de segurança marítima da UE são os adequados para dar resposta a esta estratégia.

A Política Externa da UE baseia-se atualmente na Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que foi instituída em 1993 no Tratado da União Europeia (TUE) e que teve como objetivos principais a preservação da paz, o reforço da segurança internacional, a promoção da cooperação internacional, o desenvolvimento e a consolidação da democracia, entre outros objetivos (Genderen, 2017).

Tendo em consideração que o mar é um dos maiores ativos que a UE tem ao seu dispor, dependendo a sua própria prosperidade económica e afirmação ao nível global, da navegação livre e em segurança ao longo das rotas comerciais marítimas, e apercebendo-se da importância do mar e das ameaças latentes, os Estados-Membros elaboraram a *European Union Maritime Security Strategy* (EUMSS) por forma a dar uma resposta robusta, eficaz e acima de tudo comum (UE, 2014a).

Em meados de 2016, a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, apresentou ao Conselho Europeu a Estratégia Global para a política externa e de segurança da UE, realçando a importância da segurança e do interesse em atingir a autonomia estratégica (Legrand, 2017).

Já no final de 2016 a Alta Representante elaborou, com base na consulta dos Estados-Membros, o plano de execução da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Esta



política estabeleceu “o quadro para as estruturas políticas e militares da UE e para as missões e operações civis e militares no estrangeiro”, tendo sido alvo de alterações de nível estratégico e operacional, continuando a evoluir por forma a fazer face aos desafios que se impõem à UE em matéria de segurança (Legrand, 2017).

Em relação ao objeto de estudo deste Trabalho Individual de Fim de Curso (TIFC) este centra-se na Política Externa da União Europeia e as Operações de Segurança Marítima, estando delimitado ao espaço geográfico em torno do Mediterrâneo e ao horizonte temporal entre os anos de 2013 e 2017 por se considerar que este é o mais adequado e concordante com os objetivos do trabalho devido à evolução permanente que este tema impõe.

Após a delimitação do objeto de estudo foram definidos os objetivos e questões de investigação que são resumidos no seguinte quadro:

Tabela 1 – Esquema do Objeto, Objetivos e Questões de Investigação

Objeto de Investigação	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Questão Central	Questões Derivadas
Política Externa da UE e as Operações de Segurança Marítima.	Determinar o impacto da Política Externa da UE no âmbito das Operações de Segurança Marítima.	OE1 – Identificar a adequabilidade da Estratégia Marítima da UE para o Mediterrâneo.	QC – Qual o Impacto da Política Externa da UE no âmbito das Operações de Segurança Marítima?	QD1 – Qual a Estratégia Marítima da UE para o Mediterrâneo?
		OE2 – Identificar os objetivos das Operações de Segurança Marítima da UE.		QD2 – De que forma as Operações de Segurança Marítima contribuem para o esforço de Segurança Marítima da UE e para a Segurança Marítima Global?
		OE3 – Perspetivar o futuro das Operações de Segurança Marítima no panorama atual da política externa da UE.		QD3 – Que futuro este tipo de operações tem no panorama atual da política externa?

Fonte: (autor, 2017)

As Questões Derivadas (QD) referidas na Tabela 1 serão abordadas em alguns dos capítulos que constituem o trabalho de investigação, nomeadamente: a QD1 será abordada ao longo do capítulo dois “A União Europeia e o Mediterrâneo. Situação geoestratégica” onde se procurará perceber qual a importância do Mar Mediterrâneo para a segurança da



Europa; no capítulo três “As Operações de Segurança Marítima Europeias” responder-se-á à QD2, realizando-se uma breve investigação relativamente às operações marítimas realizadas no âmbito da UE. Por fim no capítulo intitulado “O Futuro das Operações de Segurança Marítima” será realizada uma prospeção relativamente ao futuro das operações de segurança marítima tendo em consideração a atual política externa da UE procurando responder à QD3. Por fim na conclusão deste trabalho, serão tecidas algumas considerações por forma a responder à Questão Central (QC) do trabalho, “qual o impacto da Política Externa da União Europeia no âmbito das Operações de Segurança Marítima?”.

A metodologia e estratégia usada durante o presente trabalho é uma investigação baseada num raciocínio indutivo e numa estratégia qualitativa com um desenho típico de um estudo de caso, procurando, através de uma perspetiva interpretativa, compreender o objeto de estudo da investigação, ou seja, a Política Externa da UE e as Operações de Segurança Marítima (Santos, 2016).



1. Aspetos de Investigação

A revisão da literatura foi efetuada através da consulta da EUMSS, artigos e obras de vários autores de reconhecido valor, que abordam as Operações de Segurança Marítima, a Política Externa da UE, a importância do Mediterrâneo e outros tópicos relacionados com o tema do presente trabalho. E decorrente desta revisão, constatou-se que a Política Externa da UE e as Operações de Segurança Marítima estão intimamente ligadas e que ambas desempenham um papel essencial para a afirmação da UE como um ator global, importando perceber como a Política Externa da UE molda as operações de segurança marítima para alcançar os seus objetivos.

A Política Externa europeia é desenvolvida através de uma larga variedade de instituições tendo por base a *Common Foreign and Security Policy* (CFSP), exigindo uma grande quantidade de decisões, que deverão ser tomadas em Bruxelas, sendo essencial o acordo entre o maior número possível de Estados-Membros (Cameron, 2007).

A definição de Operações de Segurança Marítima ou *Maritime Security Operations* (MSO) não é consensual, no entanto, e partindo da própria noção de Segurança Marítima da UE, pode afirmar-se que esta é entendida como forma de garantir que “*international law and national law are enforced, freedom of navigation is guaranteed and citizens, infrastructure, transport, the environment and marine resources are protected*” (Council of European Union, 2014, p.3). Na PCSD as MSO “*are those operations performed by European Union Maritime Forces, (...), in coordination with other EU specialized actors/instruments, or alone as directed, to counter threats and mitigate the risk of illegal or threatening activities in the maritime domain. Aimed at consolidating maritime security these operations focus on the unlawful use of the global maritime domain.*” (UE, 2012, p. 8).

Para o efeito do presente trabalho foi necessário delimitar a interpretação de Norte de África como a área a norte do continente africano e na margem sul do Mediterrâneo constituído por todos os “países a norte do *Sahel*, sujeitos às Primaveras Árabes (PA), foram colónias e resistiram ao colonizador; professam o islamismo; patenteiam elevados índices de corrupção e grandes fossos entre estratos sociais; possuíam regimes de autoafirmação escorados no poder militar (exceto a Tunísia); tornaram-se vulneráveis pelas opções assumidas; e diferenciam-se pelas suas especificidades” (Sousa, 2013).

Tal como com o Norte de África, e para delimitação do espaço geográfico do presente trabalho, foi necessário definir o que se entende por Médio Oriente. Apesar de ser uma área de “contornos imprecisos”, o Médio Oriente será definido neste trabalho por um “núcleo



central” que inclui “Israel, o Egito, a Jordânia, o Líbano, a Síria, o Iraque, a Arábia Saudita e os Emirados do Golfo” e na sua periferia a Turquia “que faz a ligação geográfica e cultural entre a Europa e a Região, e acabando no Irão” (Paixão, 1995).

1.1. **Resumo da metodologia**

A metodologia e estratégia usada durante a presente investigação são baseadas num raciocínio indutivo e numa estratégia qualitativa com um desenho típico de um estudo de caso, procurando, através de uma perspetiva interpretativa, compreender o objeto de estudo da investigação, ou seja, a Política Externa da UE e as Operações de Segurança Marítima (Santos, 2016).

1.2. **Percurso metodológico**

O percurso metodológico a seguir na presente investigação será constituído por três fases: fase exploratória; fase analítica; e fase conclusiva.

Na fase exploratória procedeu-se à determinação do “Estado da Arte”, à definição do Objeto de Investigação (OI) e à revisão da literatura, por forma a definir o procedimento metodológico de investigação a usar no presente TIFC.

Após esta primeira fase foram estabelecidos o Objetivo Geral (OG) e específicos (OE) e definiram-se as QD.

A segunda etapa constituída pela fase analítica, tem como objetivo a recolha de dados com interesse para o TIFC. Para o conseguir foram utilizadas duas técnicas de recolha: entrevistas a autores de reconhecido conhecimento e/ou experiência no assunto em causa; e análise documental. O objetivo é a realização de “uma seleção tão criteriosa quanto possível” (Santos, 2016) dos dados e informações disponíveis que permitam uma observação cuidada do OI.

Por fim a conclusão (fase conclusiva) onde se identifica qual o impacto da política externa da UE no âmbito das operações de segurança marítima.

1.3. **Instrumentos metodológicos**

Os instrumentos metodológicos são baseados em recolha de dados sob forma de entrevistas e análise documental, tendo existido, ao longo do processo de elaboração do TIFC, a preocupação em produzir informação relevante para a presente investigação (Santos, 2016).



2. A União Europeia e o Mediterrâneo. Situação geoestratégica.

Após vários séculos de domínio mundial, exercido pelas potências marítimas europeias e depois de duas guerras devastadoras na primeira metade do século XX, a Europa vê-se no início do século XXI envolvida numa situação geoestratégica delicada. Habituada, no passado, a constantes guerras entre os seus Estados, o continente europeu vive hoje um longo período de paz, no entanto, existe a consciência de ameaças externas que poderão comprometer a paz, prosperidade económica e social que a têm vindo a caracterizar. Consciente destas ameaças a UE desenvolveu uma Política Externa Comum, e os Estados-Membros da UE têm vindo a trabalhar em conjunto, dando origem a algumas estratégias de cariz securitário, das quais se destaca a EUMSS.

2.1. A União Europeia

É interessante verificar que a UE, com mais de 510 milhões de habitantes, representa apenas 6,9% da população mundial, no entanto, o seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 fixou-se em 15 326 mil milhões de euros, ficando à frente dos Estados Unidos da América (EUA). Não surpreende por isso que o seu volume de trocas comerciais, em 2016, represente cerca de 15,6% do total mundial, sendo mesmo uma das três maiores potências mundiais em termos comerciais, ficando atrás apenas dos EUA e da China (UE, 2017a).

A força da UE é particularmente evidente no seu sistema de Transporte Marítimo que é responsável por 75% das suas transações comerciais com o exterior, e por 40% do transporte no interior da própria UE. Ao nível da mobilidade o setor é ainda responsável pelo transporte de 400 milhões de passageiros anuais ao longo das vias navegáveis europeias. Importa de igual modo, salientar a criação “de uma rede de postos de abastecimento de gás natural liquefeito nos principais portos marítimos integrados na rede transeuropeia” que segundo o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu deverá estar terminada até 2025 (UE, 2017b).

A UE é o maior importador mundial de energia e o segundo maior consumidor, sendo as suas fontes energéticas originárias de várias áreas geográficas tal como pode ser observado na Figura 1, salientando-se que a UE depende de três países – Argélia, Noruega e Rússia – para quase metade dos fornecimentos de gás (UE, 2007).

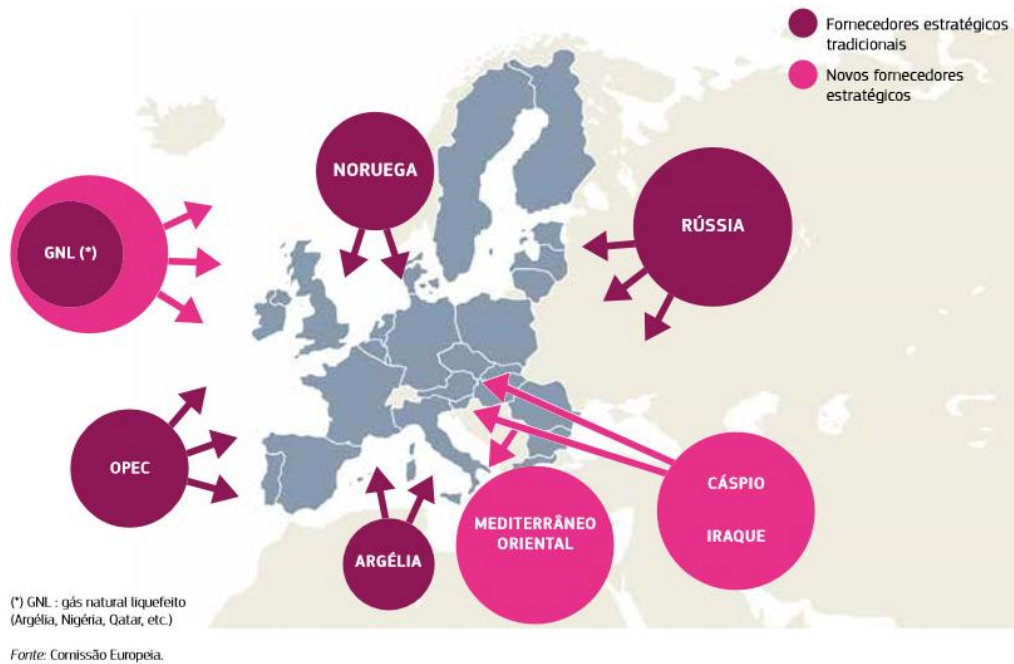


Figura 1 – De onde vêm o petróleo e o gás importados pela Europa

Fonte: (UE, 2014b)

2.2. O Mar Mediterrâneo

O Mediterrâneo é um mar com uma configuração Este-Oeste com cerca de 4.000 Km de distância entre o Estreito de Gibraltar e o Cáucaso. No entanto, devido a essa mesma configuração, a distância entre a Líbia e os Alpes é de apenas 1.400 Km (Sacchetti, 2006, p. 8).

Pelo Mediterrâneo passa 30% do volume de transações mundiais, um quarto do petróleo transacionado a nível mundial. É o segundo maior mercado para navios de cruzeiro, existem cerca de 450 portos e terminais marítimos, tem uma população de cerca de 150 milhões de pessoas que mais que duplica durante as épocas turísticas, tem 400 locais reconhecidos pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e 236 áreas marinhas protegidas (UE, 2015).

No Relatório sobre a dimensão marítima da PCSD de 2013, o Parlamento Europeu assume o Mediterrâneo como uma zona marítima crítica, revelando algumas preocupações. Começa por salientar a importância de garantir a segurança do aprovisionamento energético apontando a cooperação como uma das medidas a tomar. Em segundo, refere “que o Mediterrâneo é palco de inúmeros conflitos regionais” devendo a UE focar-se em não permitir qualquer escalada dos conflitos. Por fim demonstra alguma “apreensão pelo facto de a Turquia, a Rússia, os EUA e Israel terem aumentado a presença da sua força naval no Mediterrâneo” (UE, 2013).



A importância do Mediterrâneo não é essencial só para a UE, na verdade, é um mar central e global. Tal como pode ser observado na Figura 2 esta centralidade estratégica só é possível devido a dois *chokepoints* de extrema importância: o Estreito de Gibraltar e o Canal do Suez (Seiti, 2017). O Estreito de Gibraltar encontra-se no extremo oeste do Mediterrâneo. O Canal do Suez encontra-se a sudeste do Mediterrâneo constituindo a comunicação com o Mar Vermelho. Se por um lado o Estreito de Gibraltar goza hoje de uma segurança relativa, no caso do Canal do Suez a complexidade é maior. Para que esta passagem seja segura é necessário garantir a segurança do próprio canal, do Mar Vermelho, do Estreito *Bab El Mandeb* (outro *chokepoint*) e do Golfo de Adem, tendo a UE vindo a efetuar um grande esforço ao longo dos últimos anos para garantir a segurança marítima nestas áreas, em cooperação com a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO).



Figura 2 – Mar Mediterrâneo e pontos de acesso

Fonte: (Adaptado de *Google Maps*, 2018)

Por outro lado, é necessário ter em atenção que estes dois *chokepoints*, nucleares para a Europa e para o Mediterrâneo se encontram no Norte de África e no Médio Oriente: Gibraltar na zona de fronteira entre a UE e o Norte de África e o Canal do Suez entre a fronteira do Norte de África e o Médio Oriente.



E é neste contexto que o Mar Mediterrâneo se assume como centro de gravidade nas pretensões da UE de se constituir como um ator global, revelando assim a necessidade de uma Estratégia Marítima para o Mediterrâneo.

2.3. Situação Geoestratégica

A UE encontra-se atualmente numa situação delicada. Nos últimos anos os EUA têm vindo a diminuir o seu esforço de defesa na Europa devido ao fato de o centro de gravidade económico estar a pender para a área geográfica da Ásia-Pacífico. Por outro lado, a Rússia iniciou um reinvestimento nas suas Forças Armadas e tem vindo, aos poucos, a pressionar as fronteiras europeias, após algumas tentativas da UE e da NATO para ampliação das suas fronteiras. Como consequência, a Geórgia foi invadida pela Rússia em 2008, tendo a UE liderado a mediação do processo de paz. Também a leste, desde 2014 que se tem desenvolvido uma guerra civil no leste da Ucrânia, com possível apoio da Rússia aos grupos separatistas. No entanto, existem outras frentes que exigem a atenção da Política Externa Europeia, nomeadamente no Norte de África e Médio Oriente.

É neste contexto que a UE tem efetuado esforços consideráveis através da Política Europeia de Vizinhança (PEV) que regula as relações da UE com os países do Sul e do Leste que “permita reforçar as relações políticas e económicas com esses países” (UE, 2017h). Em 2009 lançou a iniciativa comum “Parceria Oriental” com o intuito de reforçar as relações da UE e a Europa do Leste. No seguimento das Primaveras Árabes a UE iniciou o apoio aos parceiros envolvidos em reformas por forma a garantir uma transição pacífica para regimes democráticos. A ajuda financeira para apoio às vítimas da crise na Síria é uma realidade desde 2011. Em relação ao conflito Israel-Palestino a UE faz parte de um quarteto com as Nações Unidas, EUA e Rússia para encontrar uma solução pacífica para o conflito (UE, 2017f).

Entretanto, a Rússia tem vindo a aumentar a sua presença naval no Mediterrâneo, tanto em apoio à Síria como às suas forças militares estacionadas na Crimeia (Ferreira, 2013). As relações entre a Rússia e a Turquia também têm convergido, sendo esta situação mais preocupante atendendo a que a Turquia é membro da NATO e candidato a Estado-Membro da UE (Morais, 2017).

2.4. A Estratégia Marítima da UE e a sua adequabilidade ao Mediterrâneo

A Política Marítima Integrada (PMI) assume-se como a Estratégia Marítima da UE e tem como objetivo uma aproximação aos assuntos marítimos, aumentando a coordenação entre as diferentes áreas do mar, que se focam essencialmente nas seguintes políticas:



estratégia “Crescimento azul”; conhecimento marinho; planeamento espacial marítimo; *surveillance* marítima integrada; e a estratégia para as bacias marítimas (UE, 2017e).

A *Surveillance* Marítima Integrada foi desenvolvida pela Comissão Europeia em conjunto com os Estados-Membros, por forma a integrar os sistemas e redes de *surveillance* já existentes e permitir o livre acesso a essa informação pelas autoridades que desenvolvem missões no mar.

No que diz respeito à estratégia para as bacias marítimas, importa particularizar o caso do Mediterrâneo que constitui a fronteira marítima de mais de 20 países com diferentes mecanismos jurisdicionais, concluindo-se que estes necessitam de cooperar entre si em diversos assuntos tais como: gestão das atividades marítimas; proteção do meio marinho; prevenção e combate à poluição; garantir a segurança no mar; e promover a economia azul (UE, 2017d).

No sentido da execução da Política Marítima Integrada, a UE têm desenvolvido esforços no sentido de incentivar a cooperação com todos os países do Mediterrâneo, incluindo: grupos de trabalho no âmbito da Política Marítima Integrada para o Mediterrâneo, envolvendo países e organizações de ambas as margens; cooperação tripartida entre a Comissão Europeia (Assuntos Marítimos e Pescas), o Banco de Investimento Europeu, e a *International Maritime Organization* (IMO) com o objetivo de desenvolverem os setores marítimos sobretudo nos países parceiros da UE a sul do Mediterrâneo.

A própria EUMSS é parte integrante da Estratégia Marítima Europeia e por isso contribui igualmente para a Estratégia Marítima para o Mediterrâneo. De um ponto de vista global podemos afirmar que a EUMSS “reforçará significativamente a ligação entre os aspetos de segurança interna e externa da política marítima da UE e a cooperação civil e militar” (Correia, 2018). A EUMSS tem três objetivos principais: proteger os interesses europeus contra os riscos e as ameaças no domínio marítimo; criar um entendimento comum ao nível da UE; e estabelecer os objetivos estratégicos constituindo o elemento central comum (Correia, 2018).

Todos estes instrumentos revelam uma grande preocupação da UE relativamente à elaboração de uma estratégia equilibrada para o Mediterrâneo procurando constantemente um maior compromisso por parte dos países mediterrânicos do sul. Esta estratégia tem-se revelado importante para que a UE se assuma como um ator muito preponderante, tendo sido capaz de influenciar a boa governação nos assuntos relativos ao mar, por forma a aumentar a interoperabilidade dos diversos agentes marítimos mediterrânicos. Estas ações têm sido



acima de tudo nas áreas da busca e salvamento, na cooperação económica, no combate à poluição marinha, entre outras áreas. No entanto, o Mediterrâneo tem sido palco de uma atividade militar crescente por parte da Rússia devido sobretudo à guerra civil Síria, mas também devido a uma política de reafirmação. E neste novo contexto geoestratégico a UE poderá ter dificuldades acrescidas para a segurança no Mediterrâneo, apesar do esforço que começa agora a desenvolver, num ritmo mais acelerado, através da Cooperação Estruturada Permanente (CEP) ou *Common Security and Defence Policy* (CSDP) como é geralmente conhecida.

2.5. Síntese conclusiva

Neste capítulo foi possível constatar a grande importância económica que a UE tem ao nível global e que o Mediterrâneo se constitui como o centro de gravidade de um processo para se tornar um ator global relevante. Nesse sentido a UE desenvolveu uma Estratégia para o Mediterrâneo que assenta sobretudo na PMI para o Mediterrâneo e na própria EUMSS. A Política Externa Europeia tem sido preponderante na execução desta política, desenvolvendo a cooperação com os Estados mediterrânicos do Norte de África e do Médio Oriente, através da PEV e de uma estratégia de “Crescimento azul”, por forma a garantir um crescimento económico sustentado em toda a bacia mediterrânica e, em simultâneo, auxiliar o desenvolvimento de procedimentos e meios de segurança marítima próprios dos Estados mediterrânicos.

Mais recentemente, e devido ao contexto de grande instabilidade que se vive em países como a Síria e a recente aproximação entre a Rússia e a Turquia, a UE, através da CEP, tenta concretizar uma política mais *hard* relativa à sua própria defesa, que, certamente, influenciará a estratégia marítima para o Mediterrâneo.

Podemos afirmar deste modo que, “a postura da União Europeia relativamente à estratégia marítima é distinta da da Aliança, visto que abrange vários instrumentos de poder e não apenas o instrumento político-militar. Por exemplo, a União Europeia tem uma iniciativa para a bacia do Mediterrâneo, no âmbito da Política Marítima Integrada Europeia e que visa o desenvolvimento económico e sustentável desta bacia” e a Estratégia Global da UE “elege a bacia do Mediterrâneo como uma área de interesse estratégico” (Pedra, 2018).

Desta forma, e respondendo à QD1, considera-se que de uma forma geral, a atual estratégia marítima da UE se adequa aos objetivos e importância do Mediterrâneo, no entanto, esta terá necessariamente de evoluir, por forma a dar uma resposta mais robusta aos novos desafios no âmbito da segurança e defesa da UE sendo a CEP a atual resposta.



3. As Operações de Segurança Marítima Europeias

3.1. Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia

Tal como foi abordado no capítulo dois, a segurança marítima mediterrânica e global são vitais para a UE. A UE elaborou a EUMSS, que entrou em vigor em 2014, e que foi desenvolvida por forma a garantir a proteção dos interesses da UE relacionados com os seus interesses marítimos, baseando-se na cooperação, estabilidade, cumprimento das leis e regulamentos e boa governação no domínio marítimo (UE, 2014c).

A EUMSS identifica as ameaças à segurança marítima, e, por conseguinte, à prosperidade europeia, nomeadamente: disputas territoriais e conflitos armados; a proliferação de armas; pirataria; desastres ambientais e alterações climáticas; poluição ambiental; terrorismo e outros atos ilícitos; crime organizado e tráfico (UE, 2014c).

Desta forma a EUMSS constitui-se como a estratégia seguida por todas as autoridades militares e civis dos Estados-Membros da UE, procurando estabelecer uma resposta comum, fomentando a cooperação multilateral com organizações regionais e países terceiros (UE, 2014c).

Por forma a promover uma rápida implementação da EUMSS foram estabelecidas 130 ações imediatas que de uma forma mais abrangente se dividem em cinco áreas-chave: ação externa; *Maritime awareness, surveillance and information sharing*; *capability development and capacity building*; *risk management*, proteção de infraestruturas marítimas críticas e resposta a crises; inovação, educação, treino e recursos na área da segurança marítima (UE, 2014c).

O sucesso da *European Union Naval Force ATALANTA* (EU NAVFOR), complementadas com iniciativas ao nível regional demonstram a importância deste tipo de operações no combate à insegurança nos mares. Nesse sentido a EUMSS, através da área-chave da ação externa, adotou uma aproximação coordenada baseada em relações internacionais, fortalecendo e dando suporte a respostas regionais por parte da UE, que por sua vez lhe trouxeram mais visibilidade no domínio marítimo global. A isto se soma o desenvolvimento de capacidades neste domínio em países terceiros e organizações regionais de interesse para a Europa promovendo constantemente a *United Nations Convention on the Law of the Sea* (UNCLOS) (UE, 2014c). É interessante verificar que, por outras ocasiões, quando a UE “interveio fora da sua zona de vizinhança ou de proximidade cultural (...) este envolvimento da União deveu-se ao facto de que as partes apenas aceitavam a intervenção da UE (...), o que à partida é um fator claramente revelador do prestígio crescente da União”



(Silva, 2011). É possível imaginar assim o alcance da operação ATALANTA e o prestígio que esta dá à UE.

Noutra vertente da EUMSS, respeitante à *maritime awareness, surveillance and information sharing*, os Estados-Membros rapidamente chegaram à conclusão de que a cooperação ineficiente leva à duplicação e à fragmentação de esforços. É por essa razão que, atualmente, os vários atores do domínio marítimo europeu partilham informação de uma forma mais consistente, implementando o *Common Information Sharing Environment* (CISE) promovendo a cooperação transfronteiriça e a troca de informação, assegurando a coordenação adequada das atividades de *surveillance* marítima em diversas áreas como a defesa, o cumprimento da lei, taxas alfandegárias, fronteiras, transporte marítimo, pescas e ambiente (UE, 2014c).

A terceira área chave da EUMSS é o desenvolvimento de potencialidades e a construção de capacidades na área das tecnologias. O objetivo passa pela exploração das potencialidades do duplo uso das tecnologias, aumentando a partilha de boas práticas, análise de risco e informação relativa a ameaças (UE, 2014c).

Relativamente à proteção de infraestruturas marítimas críticas e resposta a crises, a EUMSS procura que os Estados-Membros conduzam uma análise de risco comum, promovendo um entendimento e interoperabilidade mútua nesta área (UE, 2014c).

Na área da segurança marítima a EUMSS identifica a necessidade de treino conjunto por forma a aumentar a formação e preparação dos profissionais da área da segurança marítima. Um bom exemplo disso mesmo é a *European Coast Guard Functions Academy Network* (ECGFA NET) e todo o trabalho desenvolvido no âmbito da *European Border and Coast Guard Agency* (FRONTEX) (UE, 2014c).

3.2. Operações de Segurança Marítima da UE

Só é possível falar de operações de segurança marítima tendo por base a definição de MSO adotada pela UE: “*CSDP Maritime Security Operation (MSO) are those operations performed by EU Maritime Forces, in the CSDP framework, in coordination with other EU specialised actors/ instruments, or alone as directed, to counter threats and mitigate the risk of illegal or threatening activities in the maritime domain. Aimed at consolidating maritime security these operations focus on the unlawful use of the global maritime domain*” (UE, 2012).

Ainda no sentido de clarificar o sentido das MSO importa referir que as *Maritime Forces* “*comprise Naval Forces and elements from other Military Services (Land, Air and*



Space) assigned to conduct operations at and from the sea” e que se entende as “EU Maritime Forces como Maritime Forces of the MS (Member States) involved in CSDP operations” (UE, 2012).

Partindo das definições acima transcritas percebe-se facilmente que as MSO são operações militares, existindo atualmente duas MSO da UE em curso, a EU NAVFOR MED Operação SOPHIA no Mediterrâneo e a EU NAVFOR ATALANTA na Somália.

A Operação SOPHIA nasce em agosto de 2015 como um elemento mais amplo da UE para resposta à imigração ilegal. Esta resposta pretende uma ação não só nos efeitos, mas também nas causas da própria imigração, nomeadamente, nos conflitos, pobreza, alterações climáticas e perseguições políticas, étnicas e religiosas. A missão concentra-se sobretudo na identificação e captura de embarcações utilizadas, ou suspeitas de serem utilizadas, para tráfico humano por forma a contribuir para o esforço da UE na destruição do negócio do tráfico humano e as suas redes no Sul do Mediterrâneo, e prevenir a perda de vidas humanas no mar (Mogherini, 2015).

Com este objetivo geral o Conselho Europeu determinou cinco tarefas essenciais que limitam a Operação SOPHIA (Mogherini, 2015):

- Treino da Guarda Costeira e Marinha da Líbia;
- Contribuir para o embargo de armas na costa Líbia, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- Monitorizar a formação e treino da Guarda Costeira e da Marinha Líbia;
- Conduzir atividades de surveillance e recolha de informação relativa a exportações ilegais de petróleo originários da Líbia;
- Partilha de informações relativa a tráfico humano com a FRONTEX e a EUROPOL.

No que diz respeito à Operação ATALANTA esta é uma operação lançada pela UE em 2008 ao abrigo da CSDP, encontrando-se mandatada até dezembro de 2018. A *EU Concil Joint Action 851* que se baseia em várias resoluções da ONU, mandatou a ATALANTA para (UE, 2017i):

- Proteger os navios do *World Food Programme (WFP)*, *African Union Mission in Somalia (AMISOM)* e outros navios vulneráveis;
- Deter e impedir atos de pirataria no mar;
- Monitorizar as atividades de pesca na costa da Somália;



- Apoiar outras missões da UE e organizações internacionais no âmbito da segurança marítima.

3.3. Contributo das MSO da UE para a Segurança Marítima Europeia e Mundial

Como vimos no parágrafo anterior, as MSO europeias centram-se sobretudo em operações com a configuração da EU NAVFOR MED e da Operação ATALANTA. Mas quando analisamos a fundo a EUMSS verificamos que a UE lhe atribui uma grande importância como instrumento de política externa, com várias referências relativamente ao papel global que a UE pretende assumir com esta estratégia.

Analisando o relatório sobre a dimensão marítima da PCSD produzido em 2013 pelo Parlamento Europeu, podemos verificar a sua atualidade relativamente aos riscos para a segurança marítima. De todos os riscos levantados neste relatório salientam-se os seguintes:

- Ameaças convencionais devido à emergência de novas potências marítimas;
- Países emergentes com capacidades navais que tendem a pôr em causa os princípios internacionais do direito marítimo;
- Corrida desenfreada aos recursos marinhos com impacto adverso no ecossistema marinho;
- Estados com posição geográfica, capacidades tecnológicas e militares que lhes permitem bloquear rotas comerciais;
- Riscos diretos e indiretos decorrentes de ameaças não convencionais que tiram partido das dificuldades de aplicação da lei nas zonas marítimas e costeiras;
- Conflitos latentes no Cáucaso Meridional, Sudeste do Mediterrâneo ou Mar do Japão colocam em perigo as rotas de abastecimento energético e de transporte, facilitando as atividades das redes criminosas e as células terroristas;
- Pirataria ao longo da costa oriental e ocidental africana ameaça o comércio e a segurança marítima internacional, fruto da falta de governação e desenvolvimento dos Estados costeiros em causa;
- Algumas vias navegáveis que asseguram o aprovisionamento energético global estão geograficamente localizadas ou acessíveis através de zonas marítimas instáveis, como é o caso do canal do Suez, do Estreito de Ormuz e do Estreito de Malaca;
- Pressão nas fronteiras marítimas da UE devido à migração ilegal originária do norte de África, Sahel, Corno de África e África subsariana;



- O aumento do tráfego marítimo que poderá conduzir ao aumento de catástrofes ambientais.

Fazendo um paralelismo com as tarefas associadas à Operação SOPHIA e à Operação ATALANTA, expostas no parágrafo 3.2 constatamos que, no caso da Operação SOPHIA, esta está vocacionada para o restabelecimento e reorganização da marinha e guarda costeira líbia e para a cooperação com a agência FRONTEX no âmbito do combate à imigração ilegal. No que diz respeito à Operação ATALANTA, na bacia da Somália, é uma operação vocacionada para a proteção dos navios do WFP e AMISOM e para o combate à pirataria.

No entanto, quando verificamos os riscos referidos na EUMSS, constatamos que as atuais EU MSO não estão talhadas para dar uma resposta consistente no que diz respeito, por exemplo, às ameaças convencionais, ao abuso dos recursos marinhos ou à capacidade de garantir a segurança e liberdade de navegação em *chokepoints* estratégicos para a Europa.

Apesar dos riscos previstos na EUMSS, os Estados-Membros continuam, até ao momento, interessados em manter uma postura de *caris regional* por parte da UE, “não existindo interesse em alargar essas operações, para além das bacias que rodeiam a Europa, como é o caso do Mediterrâneo ou, eventualmente, dos acessos ou de áreas aonde existem interesses de Estados-Membros da UE” (Pedra, 2018).

3.4. Síntese conclusiva

Percebendo que o mar é um dos fatores essenciais para a sua afirmação como ator global a UE elaborou a EUMSS que entrou em vigor em 2014.

Na EUMSS são identificadas várias ameaças e riscos, concluindo-se que os Estados-Membros deverão cooperar entre si por forma a minimizar estas ameaças e riscos, tendo sido estabelecidas 130 ações imediatas que se dividem em cinco áreas-chave: ação externa; *Maritime awareness, surveillance and information sharing*; *capability development and capacity building*; *risk management*, proteção de infraestruturas marítimas críticas e resposta a crises; inovação, educação, treino e recursos na área da segurança marítima (UE, 2014c).

Nos últimos anos, as operações mais relevantes foram a EU NAVFOR MED e a EU NAVFOR ATALANTA na Somália, e através destas é possível observar os objetivos das EU MSO. A primeira tem como objetivo a reabilitação da Marinha e Guarda Costeira líbia e o controlo do fluxo migratório ilegal através do mar em cooperação com a agência FRONTEX e a segunda tem o propósito de proteger os comboios do WFP e AMISOM, das ações de pirataria na Somália.



Através de uma breve análise dos propósitos destas duas operações e dos objetivos, riscos e ameaças identificados na EUMSS, e relatórios subsequentes, foi possível responder à QD2, tendo-se verificado que ainda existe uma grande margem de manobra para as MSO, que sendo efetivado, as transformarão num instrumento de política externa ainda mais eficaz que atualmente, nomeadamente no que diz respeito às ameaças convencionais, o abuso dos recursos marinhos ou à capacidade de garantir a segurança em *chokepoints* estratégicos para a Europa.



4. O Futuro das Operações de Segurança Marítima

4.1. O futuro das EU MSO

Tendo em consideração a situação geoestratégica da Europa, e que já foi abordada anteriormente, é possível afirmar que, atualmente, existem duas grandes frentes de ameaças à Europa. Uma é a frente leste caracterizada por “uma postura mais assertiva da Rússia” (Cruz, 2018) e uma segunda frente, a sul, no Mediterrâneo, caracterizada por uma “África destabilizada, fenómenos migratórios, criminalidade, terrorismo” (Cruz, 2018) que exigem a ação das marinhas e guardas costeiras europeias. Após a realização desta leitura geoestratégica, a opção que tem sido tomada assenta numa ação concertada entre a UE e a NATO. No caso da NATO, esta assume uma preponderância elevada na frente leste, estancando aquilo que são as eventuais aspirações expansionistas russas e, por outro lado, a UE assumiu a frente sul como espaço privilegiado para a sua ação externa assumindo como instrumento as Operações de Segurança Marítimas e é a partir das ações de segurança marítima no Mediterrâneo que a UE procura não só garantir a sua segurança e defesa, mas também alcançar o seu papel como ator global (Figura 3).

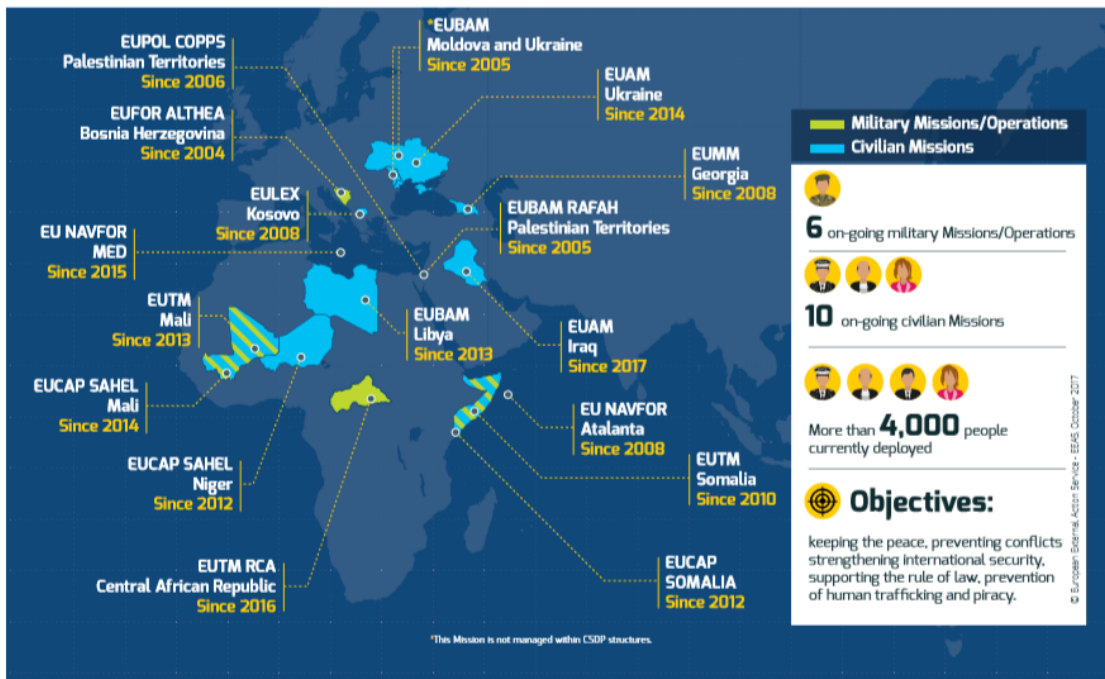


Figura 3 – Missões e Operações no âmbito da CSDP em 2017

Fonte: (UE, 2017g)

Nos capítulos anteriores foi possível observar que o Mediterrâneo encerra em si mesmo uma grande importância geoestratégica para a Europa. É nele que corre o fluxo económico da União. Portanto, e partindo do pressuposto de que as atuais ameaças que



pairam sobre a UE não se dissiparão num futuro próximo, é fácil adivinhar que as EU MSO vão continuar focalizadas em garantir o livre acesso e circulação no Mediterrâneo, e na segurança nos seus pontos de acesso (*chokepoints*). Por outro lado, Monteiro (2018) afirma que a UE, que é uma grande “península”, enfrenta grandes desafios ao nível da segurança com “origem no mar”, no entanto, estes não se esgotam apenas nos desafios “enquadrados no âmbito da segurança marítima”, mas também no “âmbito do *hard power*, desafios colocados pela Rússia e pela China”. Neste sentido, torna-se quase obrigatório que a Política Externa da UE faça uso do instrumento naval por forma a prosseguir com o seu intuito de se tornar um ator global.

A Estratégia Global da UE é bastante clara quando estabelece como objetivo a promoção da paz e segurança dos seus cidadãos e território. Esta noção de paz e segurança estende-se do nível interno ao externo (UE, 2016). A UE está preocupada com o que acontece fora das suas fronteiras e pretende ter um papel ativo na resolução de conflitos externos que possam, de alguma forma, ter implicações internas. É neste sentido, que o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) se encontra envolvido no processo de resposta a crises desde o início efetuando, igualmente, a avaliação que determinará a continuidade das missões e/ou operações, as denominadas *Strategic Reviews* (Correia, 2018).

Desta forma, as decisões estratégicas de política externa levam à existência de operações de segurança marítima. Este processo inicia-se, normalmente, através de uma abordagem civil, sendo a Somália e a Líbia “dois bons exemplos de missões civis a decorrerem ao mesmo tempo que missões militares” (Correia, 2018).

Ou seja, o papel como ator global que a UE reclama é, acima de tudo, um papel relacionado com a manutenção dos seus interesses económicos. No entanto, a Europa percebe que a única forma de manter o papel cimeiro que detém na economia mundial passa por manter uma política externa forte. Por sua vez, a Política Externa europeia só será “ouvida” se for alicerçada num grande consenso entre os Estados-Membros, mas também por uma componente militar equilibrada, e sobretudo prestigiada, que permita a defesa dos interesses da União. Junker (2014), a este propósito, teceu as seguintes considerações: “*We need to work on a stronger Europe when it comes to security and defence matters. Yes, Europe is chiefly a ‘soft power’. But even the strongest soft powers cannot make do in the long run without at least some integrated defence capacities. The Treaty of Lisbon provides for the possibility that those Member States who wish to pool their defence capabilities in the form of a permanent structured cooperation. More cooperation in defence procurement*



is the call of the day, (...)". Ou seja, a necessidade de uma componente militar forte, e mais concretamente uma componente naval forte e interoperável, é mais que uma necessidade, é uma obrigação.

Mas esta capacidade naval, capaz de se transformar num instrumento de política externa ainda mais eficaz só será possível com uma "cooperação estruturada permanente e com o desenvolvimento de capacidades próprias" que, à semelhança das forças navais da NATO, deverá ocorrer de forma independente da existência ou não de ameaças (Figueiredo, 2018). Deve existir um compromisso entre os vários Estados-Membros que permita a realização de treino conjunto que garanta a interoperabilidade, por forma a manterem um estado de prontidão relativamente alto para que possam atuar, sempre que necessário, dentro do quadro legal (Figueiredo, 2018). Só este tipo de abordagem permitirá à UE "ser autónoma (...) no controlo da sua zona de influência" (Figueiredo, 2018).

Mas para saber qual o futuro das Operações de Segurança Marítima a realizar pela UE, importa determinar de que forma estas são influenciadas pela Política Externa. Para Figueiredo (2018) é acima de tudo "uma influência mútua" pois sempre que a UE verifica a necessidade da existência de um instrumento na área da defesa, esse instrumento surge, e o suporte para o envolvimento dos meios militares tem sido dado pela Política Externa. Figueiredo (2018) acrescenta ainda que a UE "preocupa-se primeiro em garantir que há um quadro legal internacional que permita depois a sua ação, e aí a Política Externa da União Europeia tem uma importância muito grande". Ainda neste sentido, Monteiro (2018) refere que a relação entre a Política Externa da UE e as EU MSO "é uma relação de determinação". Para Monteiro (2018) "a PESC acaba por determinar a PCSD, e esta acaba por determinar as Operações de Segurança Marítima". No entanto, e tal como refere Cruz (2018) "as operações são um instrumento, como são outros como os económicos, os políticos, os militares, se olharmos para as divisões do poder, são tudo instrumentos para a Política Externa, e é nessa perspetiva que devemos ver as operações de segurança marítima, como um instrumento de Política Externa".

O futuro da relação entre a Política Externa da UE e as EU MSO estará necessariamente dependente de um outro fator já abordado nos capítulos anteriores, a questão da complementaridade com a NATO. Para Monteiro (2015) esta complementaridade pode ser geográfica ou temporal. Geográfica quando, por exemplo, vimos a NATO e a UE a empenharem forças navais no combate à pirataria somali, mas que atuaram em áreas distintas. Em termos temporais, sempre que seja necessário a "NATO assegurar a reação



inicial perante ameaças à segurança aliada, criando condições para um empenhamento subsequente da UE quando a estabilidade dos teatros o permita, libertando as forças da NATO” (Monteiro, 2015). No entanto, e tal como evidenciado por Figueiredo (2018) a UE e a sua Política Externa deverão ter ao seu dispor um instrumento naval treinado e munido de capacidades próprias por forma a dotar a UE das respostas adequadas e de autonomia nas suas áreas de interesse, por forma a poder assumir sem rodeios o seu papel de ator global.

Relativamente ao futuro próximo das EU MSO, a UE manterá a Operação SOPHIA após uma Revisão Estratégica efetuada pelo SEAE que será presente ao Comité Político e de Segurança (COPS) e ao Comité Militar (EUMC) para aconselhamento, não existindo “indicadores contrários à continuidade da Operação” (Correia, 2018). No que respeita à Operação ATALANTA a extensão do seu mandato estará em fase de aprovação pelo Conselho Europeu (Correia, 2018).

No que diz respeito a outras áreas geográficas de interesse europeu, salienta-se a importância do Golfo da Guiné (GoG), merecendo claramente ser alvo de maior atenção e “ser objeto de uma abordagem coordenada a nível internacional” devido ao aumento dos níveis de pirataria e de assaltos à mão armada, aí registados (Correia, 2018).

Prevê-se assim, a continuidade das duas missões em curso, devido à sua importância estratégica e o surgimento de uma futura missão militar no GoG, com o objetivo de “complementar todo o esforço de melhoria organizacional que a UE está a fazer na região” (Correia, 2018).

4.2. Síntese conclusiva

O futuro das EU MSO está intimamente ligado às ameaças que pairam sobre a Europa, nomeadamente, a frente leste e a frente sul. A frente leste caracterizada por uma maior assertividade da Rússia é uma frente essencialmente continental e que se constitui como a grande preocupação da NATO na Europa. No Mediterrâneo encontra-se a frente sul com operações maioritariamente de segurança marítima, onde o ator mais relevante tem sido a UE e a sua Política Externa. As ameaças à segurança e livre circulação no Mediterrâneo ameaçam de igual modo a economia europeia e por sua vez a posição da UE na qualidade de ator global. É desta forma interessante verificar que se a UE ambiciona manter, ou mesmo reforçar, a sua posição como ator global ao nível económico terá que, necessariamente, reforçar o seu papel como ator regional ao nível da segurança e defesa. E uma vez mais, é possível concluir que essa estratégia passa por garantir a segurança em todo o Mediterrâneo e nos seus pontos de acesso e para tal a Política Externa e as EU MSO são preponderantes.



Na sua Estratégia Global (UE, 2016) a UE mostra estar preocupada com o que acontece para lá das suas fronteiras, pretendendo ter um papel ativo na resolução dos conflitos externos que possam de alguma forma ter implicações ao nível interno.

Respondendo à QD3 verificou-se que devido a todos estes fatores as EU MSO terão, necessariamente, de ser pautadas por uma grande interoperabilidade das forças navais, que só será alcançada com treino que as dotem de capacidades de atuação autónomas e complementares da NATO, que permitirão que estas desempenhem de uma forma mais eficaz o papel de instrumento da Política Externa da UE para a pacificação da bacia mediterrânica.

No entanto, num futuro próximo, prevê-se que para além da manutenção da Operação SOPHIA e da Operação ATALANTA, devido à sua importância estratégica, “é possível uma futura missão militar no GoG, que viria a complementar todo o esforço de melhoria organizacional que a UE está a fazer na região” (Correia, 2018).



Conclusões

Chegados a este estágio, importa agora refletir sobre os procedimentos metodológicos seguidos durante o presente TIFC, tirar conclusões sobre a questão central e questões derivadas, referir possíveis contributos para o conhecimento relativamente ao tema do trabalho, algumas recomendações práticas e limitações da investigação a ter em consideração para pesquisas futuras.

A estrutura da investigação foi dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro respeitante a aspetos de investigação e os seguintes enquadrados com o OE e com as QD.

Relativamente ao primeiro capítulo foi descrito qual o percurso metodológico utilizado, detalhando-se a forma como foi realizada a revisão da literatura, entrevistas exploratórias e outras fontes consultadas, nomeadamente documentação e entrevistas presenciais.

No segundo capítulo constatou-se a dimensão global da UE ao nível económico, tendo o Mediterrâneo um papel fundamental, podendo-se considerar este como o centro de gravidade da União para as suas aspirações em se tornar um ator global. Nesse sentido, a UE desenvolveu uma estratégia assente sobretudo na PMI para o Mediterrâneo e na EUMSS. Para tal a Política Externa da UE desenvolveu uma política de cooperação com os Estados Mediterrânicos do Norte de África e do Médio Oriente através da PEV com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de procedimentos e meios próprios de segurança marítima desses Estados e de uma estratégia de “Crescimento azul” que “tem por objetivo apoiar a longo prazo o crescimento sustentável no conjunto dos setores marinho e marítimo, reconhecendo a importância dos mares e oceanos enquanto motores da economia europeia com grande potencial para a inovação e o crescimento” (UE, 2017c).

Por outro lado, através da CEP, a UE tenta concretizar uma política mais *hard* relativa à sua própria defesa, dando através desta um sinal para o mundo de que os Estados-Membros se encontram empenhados na sua segurança e autonomia estratégica, influenciando também a estratégia marítima para o mediterrâneo.

Pode concluir-se, portanto, que a atual estratégia marítima da UE, que assenta em vários documentos relativos aos assuntos marítimos, se adequa aos objetivos e à própria importância do Mediterrâneo, no entanto, esta terá necessariamente de evoluir por forma a dar resposta aos novos desafios no âmbito da segurança e defesa da UE, sendo a CEP e a manutenção das boas relações com os Estados Mediterrânicos a atual resposta.



No terceiro capítulo, concluiu-se que a EUMSS é essencial para a UE se afirmar como ator global. Nesta estratégia são identificadas várias ameaças e riscos, e que a limitação destes passa, necessariamente, pela cooperação entre todos os Estados-Membros, tendo sido esta dividida em cinco áreas chave: *Maritime awareness, surveillance and information sharing; capability development and capacity building; risk management*, proteção de infraestruturas marítimas críticas e resposta a crises; inovação, educação, treino e recursos na área da segurança marítima (UE, 2014c).

Foi feita, também, uma pequena análise relativamente às operações de segurança marítima SOPHIA e ATALANTA e, conseqüentemente retiraram-se algumas conclusões relativamente aos objetivos das EU MSO.

Através da análise destas duas operações e da identificação dos riscos e ameaças constantes na EUMSS, verificou-se que ainda existe uma grande margem de manobra para as MSO, por forma a transforma-las num instrumento de política externa ainda mais eficaz que na atualidade, nomeadamente no que diz respeito às ameaças convencionais, ao abuso dos recursos marinhos ou na capacidade para garantir a segurança de *chokepoints* estratégicos para a Europa.

No quarto e último capítulo, procuraram-se respostas relativamente ao futuro das UE MSO. Nesse sentido, foi necessário analisar várias ameaças, caracterizadas essencialmente por duas frentes distintas: a frente leste e a frente sul. A frente leste, que é essencialmente continental e se caracteriza por uma maior assertividade da Rússia, constitui-se como uma prioridade tanto da UE como da NATO. Quanto à frente sul, esta caracteriza-se por ser essencialmente marítima e ameaçar a segurança marítima, sendo uma preocupação quase exclusiva da UE. No entanto, a UE percebe que se quiser manter a sua posição de ator global ao nível económico terá, necessariamente, de manter a segurança marítima ao longo de todo o Mediterrâneo e nos seus pontos de acesso.

A preocupação da UE relativamente ao que acontece fora das suas fronteiras está explanada na Estratégia Global (UE, 2016), ambicionando esta por um papel ativo na resolução dos conflitos externos que possam de alguma forma ter implicações ao nível interno.

E é devido a estes fatores que as EU MSO terão necessariamente, de ser pautadas por uma grande interoperabilidade das forças navais, sendo necessário um nível de treino bastante elevado que dotem a UE de capacidades de atuação autónomas e complementares



da NATO, que permitam desempenhar de uma forma mais eficaz o papel de instrumento de Política Externa da UE para a pacificação da bacia mediterrânica.

Num futuro próximo, e devido à sua importância estratégica, prevê-se a manutenção das operações SOPHIA e ATALANTA e o possível surgimento de uma terceira operação no GoG, por forma a complementar o esforço que já tem vindo a ser realizado nesta região do globo (Correia, 2018).

Depois da investigação efetuada ao longo dos últimos capítulos torna-se evidente que a preocupação da Política Externa da UE está direcionada, essencialmente para os seguintes pontos:

- Recursos energéticos;
- Manutenção do fluxo comercial global.

Para garantir estes dois pontos, a UE mantém uma forte vigilância e preocupação relativamente à frente leste e à frente sul. Devido à consciência da grande importância que o Mediterrâneo encerra, a UE percebe, de igual modo, que têm nas EU MSO um instrumento essencial para a política externa. Por outro lado, se a UE pode ser considerada atualmente como um ator global ao nível económico, também não é menos verdade que se esta ambiciona manter esse estatuto terá, necessariamente, de se tornar um ator regional no que concerne à segurança marítima na bacia do Mediterrâneo e nos seus pontos de acesso.

Deste modo as EU MSO e a Política Externa Europeia estarão sempre intimamente ligadas. A Política Externa Europeia continuará a procurar pontes de entendimento e cooperação com os Estados não comunitários que se encontram junto à sua fronteira externa e de onde são provenientes as fontes energéticas essenciais para alimentar a economia europeia e o bem-estar dos seus cidadãos, tendo nas Marinhas e Guardas Costeiras dos Estados-Membros um instrumento essencial para o cumprimento deste desiderato.

Se por um lado, as Operações de Segurança Marítima vão continuar apoiadas em Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) dos próprios Estados-Membros, desenvolvidas internamente ou através da NATO, por outro lado, a Política Externa e os seus objetivos vão influenciar fortemente a necessidade dos militares encontrarem respostas que vão de encontro a esses objetivos. Essencialmente, o impacto que a Política Externa da UE está a produzir nas Operações de Segurança Marítima é para que estas assumam um papel essencial na manutenção da paz na Europa e mais concretamente no Mediterrâneo, devido ao papel que desempenha como centro de gravidade da UE.



Ponderando o que já foi apresentado, considera-se assim, que foram respondidas todas as QD e, face à conclusão final, foi respondida igualmente à QC, permitindo, desta forma, que fosse atingido o OG desta investigação.

As recomendações identificadas estão necessariamente relacionadas com as conclusões retiradas do presente trabalho e com os desafios que se apresentam à UE. Efetivamente torna-se necessário dar preponderância à garantia da segurança marítima ao longo de toda a frente sul, considerando-se que as marinhas europeias têm aqui um papel essencial. No entanto, as novas ameaças que pairam sobre os Estados-Membros da UE demonstram a necessidade de manutenção de uma grande prontidão por parte dos meios navais. Esta prontidão só poderá ser atingida com um elevado nível de interoperabilidade entre os meios navais que deve estar assente num maior número de exercícios navais (Figueiredo, 2018), e no estabelecimento de uma nova operação de segurança marítima desta feita no GoG (Correia, 2018).

Considera-se assim, que após a exposição das presentes conclusões, existe todo um campo de investigação relacionado com o futuro papel das Marinhas europeias na manutenção do papel como ator global por parte da UE que poderá ser alvo de futuros trabalhos de investigação.



Bibliografia

- Cameron, F., 2007. *An Introduction to European Foreign Policy*. New York: Routledge.
- Correia, S., 2018. O Impacto da Política Externa da Europa no Âmbito das Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (19 abril 2018).
- Cruz, F. d., 2018. O Impacto da Política Externa da Europa no Âmbito das Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (21 março 2018).
- Ferreira, A. G., 2013. Rússia aumenta número de navios de guerra na sua base na Síria *Público*, [Em Linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/05/18/jornal/russia-aumenta-numero-de-navios-de-guerra-na-sua-base-na-siria-26550346>, [Acedido em 28 dez 2017].
- Figueiredo, S. d., 2018. O Impacto da Política Externa da Europa no Âmbito das Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (22 março 2018).
- Genderen, W. T.-v., 2017. *Fichas técnicas sobre a União Europeia - 2017. Política externa: Objetivos, Instrumentos e Realizações*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- IESM, 2015a. NEP / ACA - 010. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM, 2015b. NEP / ACA - 018. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IUM, 2017. CPOS-M 2017/2018: Lista de temas para os Trabalhos Individuais de Fim de Curso. Pedrouços: IUM.
- Junker, J.-C., 2014. *Opening Statement in the European Parliament Plenary Session: Political Guidelines*. Estrasburgo, Parlamento Europeu.
- Legrand, J., 2017. *Fichas técnicas sobre a União Europeia - 2017. Política Comum de Segurança e Defesa*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Mogherini, F., 2015. *EUNAVFOR MED MISSION*. Roma, EUNAVFOR MED operation Sophia Operational Headquarters.
- Monteiro, S., 2015. Strategia: Marte e Vénus?. *Revista da Armada*, 494, 4-5.
- Monteiro, S., 2018. O Impacto da Política Externa da Europa no Âmbito das Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (23 março 2018).
- Morais, A. C. d., 2017. Turquia compra mísseis russos e abre crise com NATO e UE. *Diário de Notícias*, [Em linha]. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/turquia-compra-misseis-russos-e-abre-crise-com-nato-e-ue-8766272.html>, [Acedido em 28 dez 2018].
- Paixão, Q., 1995. O Médio Oriente: Caracterização, Fatores de Instabilidade e Perspectivas Futuras. *Nação e Defesa*, 123-145.



- Pedra, R., 2018. O Impacto da Política Externa da Europa no Âmbito das Operações de Segurança Marítima [Entrevista]. Lisboa (23 março 2018).
- Sacchetti, A. E. F., 2006. O Mediterrâneo: Geopolítica e Segurança Europeia. *Cadernos Navais*.
- Santos, L. A. B. d., 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Seiti, E.-C., 2017. Integrating Maritime Security Operations in the Mediterranean. *CIMSEC*, [Em linha]. Disponível em: <http://cimsec.org/integrating-maritime-security-operations-in-the-mediterranean/31235>, [Acedido em 19 dez 2017].
- Silva, P. F. d., 2011. *Entre Ceres e Marte: A Segurança e Defesa na Europa do Século XXI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto da Defesa Nacional.
- Sousa, F. X. F. d., 2013. *Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África. Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2012/2013*: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- UE, 2007. *A União Europeia no mundo: A política externa da União Europeia*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- UE, 2012. *EU Concept for Maritime Security under CSDP - EU Maritime Forces Contribution to Strengthening Maritime Security*. Bruxelas: UE.
- UE, 2013. *Relatório sobre a dimensão marítima da Política Comum de Segurança e Defesa (2012/2318(INI))*, Estrasburgo: Comissão dos Assuntos Externos.
- UE, 2014a. *European Union Maritime Security Strategy*. Bruxelas: UE.
- UE, 2014b. *Compreender as políticas da União Europeia: Energia*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- UE, 2014c. *European Union Maritime Security Strategy. Responding Together to Global Challenges. A guide for stakeholders*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- UE, 2015. *Bluemed: Research and innovation initiative for blue jobs and growth in the Mediterranean*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- UE, 2016. *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe - A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*. Bruxelas: União Europeia.
- UE, 2017a. *A Economia*, [Em linha]. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/economy_pt, [Acedido em 19 jun 2018].
- UE, 2017b. *Política de transportes da EU*, [Em linha]. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/transport_pt, [Acedido em 23 dez 2017].



- UE, 2017c. *Crescimento azul*, [Em linha]. Disponível em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth_pt, [Acedido em 27 dez 2017].
- UE, 2017d. *Mediterranean Sea basin*, [Em linha]. Disponível em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins/mediterranean_sea, [Acedido em 27 dez 2017].
- UE, 2017e. *Integrated maritime policy: Definition and scope*, [Em linha]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy>, [Acedido em 27 dez 2017].
- UE, 2017f. *Política externa e de segurança*, [Em linha]. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_pt, [Acedido em 27 dez 2017].
- UE, 2017g. *EU Missions and Operations As part of the EU's Common Security and Defence Policy (CSDP)*, Bruxelas: UE.
- UE, 2017h. *Uma Política Europeia de Vizinhança revista: apoio à estabilização, resiliência e segurança*. Bruxelas: UE.
- UE, 2017i. *EU NAVFOR Somalia: Mission*, [Em linha]. Disponível em: <http://eunavfor.eu/mission/>, [Acedido em 28 dez 2017].



Apêndice A — Entrevistas

Tabela 2 – Lista de entrevistados e respetivos dados biográficos

ENTREVISTADO	NOME	POSTO	FUNÇÃO	DATA
Entrevistado 1	Ferreira da Cruz	Major	Docente da cadeira de Geopolítica no IUM	21 de março de 2018
Entrevistado 2	Salvado de Figueiredo	Capitão-de-mar-e-guerra	Comandante do NRP D. Francisco de Almeida (<i>Ocean Shield 2011</i>)	22 de março de 2018
Entrevistado 3	Rodrigues Pedra	Capitão-de-fragata	Divisão de Operações do Estado Maior da Armada	23 de março de 2018
Entrevistado 4	Sardinha Monteiro	Capitão-de-mar-e-guerra	Chefe da Divisão de Recursos do Estado Maior da Armada	23 de março de 2018
Entrevistado 5	Silvestre Correia (MILREP)	Vice-almirante	NATO and European Union Military Committees	19 de abril de 2018

Fonte: (autor, 2018)



Guião da entrevista

Apresentação e objetivos da entrevista

No âmbito da frequência do CPOS-M 2017-18, encontro-me a realizar o Trabalho de Investigação Individual respeitante ao tema “*O Impacto da Política Externa da Europa no âmbito das Operações de Segurança Marítima*” com a seguinte sinopse: “*O Norte de África e Médio Oriente são uma região essencial para a projeção externa da União Europeia. Um novo e moderno ambiente de segurança apresenta aos países europeus e aos seus parceiros um amplo espectro de desafios, particularmente evidentes quando manifestados nos domínios marítimos na fronteira sul do Mediterrâneo. O atual contexto de segurança requer orientações operacionais imediatas e objetivos tangíveis, despidos de influências mediáticas e políticas pacifistas.*”

Esta relação causa efeito entre a política externa e as operações de segurança marítima, que é o cerne da presente investigação, tem uma importância essencial para que a UE possa atingir uma posição respeitável e de peso como ator global.

Entrevista

1. Tendo em consideração o panorama geopolítico atual qual é a Estratégia Marítima da UE para o Mediterrâneo?
2. De que forma as Operações de Segurança Marítima contribuem para o esforço de Segurança Marítima da UE e para a Segurança Marítima Global?
3. Tendo em conta a relevância das Operações de Segurança Marítima que futuro considera que este tipo de operações tem no panorama atual da política externa da UE?
4. Na sua opinião, como tem a Política Externa da UE influenciado as Operações de Segurança Marítima da UE?



Pergunta nº 1: Tendo em consideração o panorama geopolítico atual qual é a Estratégia Marítima da UE para o Mediterrâneo?

Entrevistado	Resposta
1	<p>Há aqui grandes desafios na minha opinião em termos geopolíticos e começo claramente com a questão da dinâmica das migrações onde o Mediterrâneo acaba por ter aqui um papel fundamental que estabelece aqui a ligação entre o continente africano e o europeu, portanto o Mediterrâneo tem aqui um papel extremamente importante. E esta dinâmica em termos geopolíticos decorre essencialmente daquilo que foram os acontecimentos das Primaveras Árabes no Norte de África. O Norte de África era um tampão e as lideranças dos países do Norte de África eram lideranças que para além desta forte ligação à Europa e aos países com maior peso na Europa eram lideranças que continham aquilo que eram os fluxos migratórios que vinham sobretudo da África Subsariana, e que neste momento fruto da instabilidade política nesses países deixou de haver esse tampão. Fruto dessa importância tivemos a partir de 2003 a Política Europeia de Vizinhança exatamente para estabelecer boas relações com esses países com esta perspectiva de que se esses países tivessem e assumissem esse papel de estancar aquilo que eram as maiores dinâmicas que vinham essencialmente desses países da África Subsariana em direção à Europa, portanto, essa era uma forma <i>smart</i> que a União Europeia tinha de evitar fazer aquilo que está neste momento a fazer que é conter no Mediterrâneo. Esse papel essa dinâmica geopolítica veio alterar profundamente essa contenção que era feita. Essa é a primeira e a mais importante na minha perspectiva em termos geopolíticos, essa alteração profunda que foi feita nas dinâmicas dos países do Norte de África que se perdeu.</p> <p>Depois, tem haver inclusivamente com aquilo que tem sido não só o patrulhamento que é feito, e aqui mais a nível operacional no Mediterrâneo, para conter, mas essencialmente o âmbito da formação que tem sido feita por parte das Marinhas às Marinhas do Norte de África no sentido de também elas fazerem o seu papel e substituírem num futuro próximo, espera a União Europeia que quanto mais próximo melhor, para também elas conterem aquilo que são e garantirem a segurança do espaço marítimo que lhes esta adstrito. Portanto, essa é também uma dinâmica que é conhecida da União Europeia, portanto, aquilo que é um <i>soft power</i> da União Europeia, estamos a falar não só como <i>hard power</i> com aquilo que é o empenhamento a nível do patrulhamento marítimo da União Europeia, mas também aquilo que é o <i>smart power</i> com a construção de plataformas de desenvolvimento de capacidades nesses países no sentido de também elas de aqui por um tempo tomarem conta dessa responsabilidade. Portanto, em termos geopolíticos há aqui uma alteração profunda que na minha opinião decorrente das leituras que vou fazendo dos diversos documentos da União Europeia, tende a agravar-se, e aqui podíamos aprofundar aquilo que é o maior conhecimento daquilo que é o agravamento das condições dos países africanos em que há uma monopolização muito grande em direção aos países mais desenvolvidos não só na Europa mas também nos Estados Unidos, também na ásia onde há de facto dinâmicas de mobilização de</p>



	<p>peças extremamente relevantes, e isso são questões que estão a mudar, aliás a União Europeia tem uma estratégia para a zona da África Subsariana que acaba por ser um bocadinho resultante dessa diferença de abordagem da União Europeia, e que resulta, como referi, desta questão da alteração geopolítica que sofreu no Norte de África. Isso significa que a segurança marítima tem aqui um papel fundamental, fundamental na contenção, fundamental como vimos naquilo que são o desenvolvimento das capacidades das marinhas dos diversos países, e que integra uma estratégia que é mais ampla, que é feita não só naquilo que é a segurança por mar, mas também o que é a segurança em terra. Mas aquilo que é o foco do trabalho a estratégia marítima, em particular para a zona do Mediterrâneo, num futuro muito próximo, acaba por ser fundamental e vital, não só naquilo que é o desenvolvimento das marinhas, mas também aquilo que é o investimento feito na FRONTEX onde tem um papel também importante, não só no Golfo de Áden, mas também na zona do Mediterrâneo em particular. Eu creio que esta dinâmica geopolítica veio dar maior ênfase à segurança marítima e em particular ao Mediterrâneo.</p>
2	<p>A Estratégia Marítima foi definida salvo erro em 2015 e de certa forma enquadra grandes objetivos para a estratégia marítima da União Europeia, e a estratégia marítima tem uma preocupação com a segurança, e acima de tudo penso que a grande preocupação da União Europeia é construir uma base de conhecimento situacional marítimo, ou seja, saber exatamente o que se passa no ambiente marítimo que circunda a União Europeia, em primeiro lugar, a parte atlântica, mas muito fundamentalmente a parte mediterrânica, e toda a vertente da estratégia que está virada para o combate às ameaças e aos ilícitos, e de certa forma também delimitar os riscos daquilo que vão ser as ameaças vindas do meio marítimo. Para isso, a União Europeia produz vários modelos que implica a utilização também de forças militares, que implica a utilização de sistemas de informação, implica também a cooperação com outras organizações e com países isoladamente para garantir acima de tudo que se conhece aquilo que se passa no espaço marítimo envolvente.</p>
3	<p>A postura da União Europeia relativamente à estratégia marítima é distinta da Aliança, visto que abrange vários instrumentos de poder e não apenas o instrumento político-militar. Por exemplo, a União Europeia tem uma iniciativa para a bacia do Mediterrâneo, no âmbito da Política Marítima Integrada Europeia e que visa o desenvolvimento económico e sustentável desta bacia.</p> <p>Em termos políticos realça-se a Estratégia Global da União Europeia (2016) que elege a bacia do mediterrâneo como uma área de interesse estratégico e, em termos estratégicos, a Estratégia da União Europeia para a Segurança Marítima que identifica, no geral, as ameaças e as linhas de ação a serem conduzidas no domínio marítimo.</p> <p>Por último, realça-se o instrumento militar plasmado na Operação <i>Sophia</i> no Mediterrâneo.</p>
4	<p>É preciso distinguir que na União Europeia os assuntos de Segurança e Defesa estão separados dos assuntos marítimos, os comissários são diferentes, a Política Comum de Segurança e Defesa é uma, a Política Marítima Integrada é outra. No âmbito da Política Comum de Segurança e</p>



	<p>Defesa eu penso que não existe uma estratégia dedicada ao Mediterrâneo, o que acontece é que a União Europeia tem uma estratégia de segurança que foi aprovada pela Alta Representante Mogherini, penso que em 2016, e mais do que uma estratégia para o Mediterrâneo esta estratégia responde a desafios que vão aparecendo, e neste momento, de facto, a União Europeia os desafios no Mediterrâneo, no flanco sul da União Europeia, são enormes, nomeadamente com a migração irregular, com os desafios em termos de busca e salvamento marítimo, o terrorismo, e portanto a União Europeia, e por isso é que lançou a Operação Sophia, no sentido de dar resposta a isso. Qual a estratégia da União Europeia para o Mediterrâneo, eu acho que não tem uma estratégia, propriamente dita, formulada e específica, tem uma estratégia de segurança que permite ir respondendo caso a caso aos desafios levantados pela conjectura.</p>
5	<p>Em junho de 2014, o Conselho Europeu adotou uma Estratégia de Segurança Marítima para o domínio marítimo em geral, a fim de proporcionar um quadro comum às autoridades competentes nacionais e europeias que lhes permita assegurar o desenvolvimento coerente das suas políticas específicas e dar uma resposta europeia às ameaças e riscos marítimos. A Estratégia visa igualmente proteger os interesses estratégicos marítimos da UE e encontrar soluções para o efeito. Este enquadramento proporcionará o contexto para as diferentes políticas e estratégias marítimas setoriais e assegurará a coerência entre as mesmas. Acima de tudo, reforçará significativamente a ligação entre aspetos de segurança interna e externa da política marítima da UE e a cooperação civil e militar.</p> <p>A Estratégia de Segurança Marítima da UE tem como principais objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Proteger os interesses europeus contra os riscos e as ameaças no domínio marítimo (criminalidade organizada e transfronteiriça, proliferação de armas de destruição maciça e riscos ambientais);2. Criar um entendimento comum ao nível da União Europeia - Estados-Membros e Instituições Europeias – sobre os interesses europeus no domínio marítimo, bem como sobre os riscos e ameaças que enfrentam, de forma a permitir uma resposta coerente e integrada a esses desafios;3. Organizar uma resposta, ou seja, estabelecer os objetivos estratégicos, os princípios e as áreas de interesse comum que constituem o elemento central do quadro estratégico comum, a fim de garantir a coerência das variadas políticas e estratégias marítimas setoriais. <p>Algumas zonas marítimas ou do domínio marítimo global assumem especial importância para a UE e os seus Estados-Membros, em virtude do seu valor estratégico ou do seu potencial para provocar situações de crise ou instabilidade. O Mediterrâneo tal como o Atlântico e a rede global de corredores de transporte marítimo a partir da Ásia, África e América, ou com destino a estes continentes, são de grande importância.</p> <p>Como se pode ver nas respostas seguintes, o Mediterrâneo com uma operação marítima a decorrer, é uma das regiões de grande preocupação por parte da UE.</p>



Pergunta nº 2: De que forma as Operações de Segurança Marítima contribuem para o esforço de Segurança Marítima da UE e para a Segurança Marítima Global?

Entrevistado	Resposta
1	<p>A União Europeia em termos militares, em termos securitários, talvez ainda não seja um ator global por divergências também internas porque não podemos de forma alguma dissociar aquilo que é o papel dos Estados na influência que têm naquilo que é o papel na projeção que a União Europeia tem em termos externos. Em termos securitários a União Europeia, na minha perspectiva, ainda não se constitui, e não sei se se vai constituir, como um ator global. É um ator, eventualmente, regional, os espaços que a União Europeia influência são sobretudo espaços que têm diretamente a ver com questões de segurança, ao contrário dos Estados Unidos que de facto, não só por questões de segurança mas também por questões de manutenção de poder estratégico, no caso da União Europeia é diferente, é uma vertente mais de garantir aquilo que são os interesses dos próprios países não na dinâmica da afirmação do poder em termos globais mas na dinâmica de afirmação em termos regionais. A segurança marítima tem aqui um papel determinante na perspectiva de que grande parte, e nunca podemos dissociar a União Europeia à vertente e à atuação em termos globais, como ator global em termos económicos, a vitalidade económica da União Europeia acaba por ser fundamental para a manutenção em termos económicos do poder global da União Europeia, e se nós considerarmos que a maior parte do trânsito, ou da economia, tem no mar a principal plataforma de movimentação, a segurança marítima tem aqui um papel fundamental. A ligação entre aquilo que é a capacidade económica da União Europeia e aquilo que são as movimentações das mercadorias e dos bens em termos marítimos. Ligando estas duas coisas temos que obrigatoriamente dizer que a segurança marítima para a União Europeia tem um papel fundamental. Grande parte das missões e operações da União Europeia, em termos de força constituída, tirando a questão dos Balcãs, que acaba por ser um caso mais ligado com o possível efeito de contágio em termos internos, as grandes operações da União Europeia são desenvolvidas no mar. Depois o resto, em África, temos missões de formação, de apoio ao desenvolvimento, mas em termos de <i>hard power</i>, não botas no terreno, mas nas fragatas no mar, a componente marítima tem aqui para a União Europeia um peso fundamental. Em termos militares, eu acho que, a União Europeia tem feito, eventualmente, mais desenvolvimentos e tem-se preocupado mais com a segurança marítima do que propriamente em ter batalhões e brigadas porque essa é uma questão mais ligada à NATO do que propriamente à União Europeia. Eu diria que a segurança marítima tem aqui uma vertente securitária relativamente aquilo que são os fenómenos migratórios e aquilo que são as dinâmicas da segurança, onde podemos inclusivamente relacionar os tráficos de estupefacientes, mas depois tem a outra vertente que é garantir a segurança do motor económico da própria União Europeia, que são as mercadorias, grande parte dos portos estão concentrados, também, na União Europeia (mais a norte na França, Holanda) e essa é uma preocupação que a União Europeia não pode deixar de ter porque o motor económico é o garante da vitalidade da União Europeia e esta reconhecida</p>



	<p>por como ator global, não no instrumento militar, mas na vertente económica. Portanto, eu diria que é vital a promoção da segurança marítima para a União Europeia.</p>
2	<p>Nós tivemos, ou temos neste momento, a Operação <i>Sophia</i> no Mediterrâneo, temos ainda penso eu a Operação <i>Atalanta</i> no Corno de África, portanto, é o envolvimento direto da União Europeia na manutenção do livre acesso e na liberdade de ação naquilo que podemos definir como bem comum, que é a utilização do mar. a União Europeia envolve-se diretamente através de operações securitárias com meios navais na garantia que continuamos, e que a comunidade internacional continua a ter acesso e liberdade de ação nos mares globais. Isto tem tudo a ver com a questão de manter os fluxos energéticos, manter os fluxos comerciais, manter a economia global a funcionar que é de grande importância para a União Europeia, aliás a União Europeia está fundamentalmente preocupada com isso, e claramente manter os canais de acesso seja no Estreito de Bab-el-Mandeb, seja o Canal do Suez, seja Gibraltar fundamentalmente como rotas normais do comércio marítimo as grandes operações da União Europeia focalizaram-se nisto. Na questão da migração, é uma questão de controlo populacional, mas também uma questão de, mais uma vez, de sabermos, de conhecer-mos aquilo que neste momento atravessa o Mediterrâneo, não só em termos de migrantes mas eventuais regresso <i>foreign fighters</i> da guerra da Síria, portanto, há aqui questões de segurança muito evidentes que passa tudo também, mais uma vez, pelo conhecimento situacional marítimo, aquilo que pode chegar à Europa através do mar. por um lado, garantir a liberdade de ação e o livre acesso, e por outro lado, limitar a propagação do terrorismo, de outras formas de ameaças que possam vir por mar, penso que essa seja a grande preocupação da União Europeia que curiosamente já o tinha feito com a <i>Atalanta</i> mas claramente agora com a Operação <i>Sophia</i> dá um sinal muito evidente que é essa a sua grande preocupação.</p> <p>Relativamente à questão da União Europeia se assumir como um ator global, pelo menos a União Europeia dá a ideia de que o pode fazer, não sei se esta interessada como organização regional em o fazer, mas a utilização de meios navais integrados numa estratégia mais global, por exemplo na zona da Somália, que envolveu outras formas de cooperação, também dizia isso mesmo, ou seja, estendeu um bocadinho para além daquilo que seria uma área de interesse mais regional da União Europeia. Ou seja, a União Europeia dá a ideia de que o pode fazer, mas a União Europeia é uma organização muito particular nesse aspeto porque envolve muitas tendências, muitas particularidades e os países tem que se unir (agora vão ser vinte e sete países) de uma forma comum e clara se pretendem ou não que isso aconteça, em termos de desenvolvimento, nomeadamente, em termos militares, neste caso em termos de forças navais e aéreas, ou seja, forças marítimas. Mas já deram essa ideia, e como deram essa ideia também demonstraram que havendo vontade política comum de todos isso pode acontecer. A Operação <i>Sophia</i>, penso que revela isso mesmo quando, nomeadamente as grandes potências europeias estão de acordo mais facilmente podem ser envolvidas nessa questão.</p>
3	<p>A Estratégia Global da União Europeia (2016), poderá induzir a perceção que a UE tem interesse em desempenhar um papel mais alargado no</p>



	<p>domínio da comunidade internacional, contudo, devemos-nos questionar se esse papel é relevante ou não para a UE, visto que esta organização tem uma natureza regional. Uma organização como as Nações Unidas tem, de facto, essa responsabilidade de olhar para o mundo no seu global. Considerando que os recursos são limitados, a atual postura prática da UE é a que defende melhor os interesses dos seus Estados-Membros. Ou seja, as operações militares em curso sugerem, por si só, uma postura regional da União, não existindo interesse em alargar essas operações, para além das bacias que rodeiam a Europa, como é o caso do Mediterrâneo ou, eventualmente, dos acessos ou de áreas aonde existem interesses de Estados-Membros da UE (caso do Oceano Índico e da OPERAÇÃO Atalanta).</p>
4	<p>Eu acho contribui em muito. As Operações de Segurança Marítima da União Europeia são de facto o grande contributo para a segurança marítima. Há também outras componentes de <i>capacity building</i>, formação que também dão um contributo para a segurança marítima, mas eu acho que as operações, neste momento, e dado o tipo crises que nós temos no Mediterrâneo as Operações de Segurança Marítima são fundamentais. Não podemos ter uma estratégia marítima de qualquer âmbito sem navios no mar. Portanto, uma estratégia marítima ou de segurança marítima que passe só pela formação e pelo <i>capacity building</i> em terra nunca funcionará. Portanto, eu acho que as Operações de Segurança Marítima da União Europeia têm um papel fundamental naquilo que é a segurança marítima, no esforço de segurança marítima da União Europeia e naturalmente a União Europeia é um ator global com uma importância global.</p> <p>Os desafios que neste momento nos são levantados no Mediterrâneo são desafios com implicações globais, e daí também o mediatismo que têm adquirido, portanto, eu acho que o papel das Operações de Segurança Marítima da União Europeia na segurança marítima da União Europeia é fundamental e naquilo que também é a segurança marítima global também é fundamental.</p>
5	<p>Operação da EU NAVFOR MED Sophia é um dos elementos de uma resposta abrangente da UE à questão das migrações, que procura abordar não só a sua componente física, mas também as suas causas, incluindo conflitos, pobreza, alterações climáticas e perseguições. O mandato principal da missão é empreender esforços sistemáticos para identificar, capturar e descartar embarcações usadas ou suspeitas de serem usadas por contrabandistas ou traficantes de migrantes, a fim de contribuir para os esforços mais amplos da UE para interromper o modelo de negócios das redes de contrabando e tráfico humano do Mediterrâneo Sul e impedir novas perdas de vidas no mar. Desde 7 de outubro de 2015 a operação passou para a Fase 2, ainda em águas internacionais, que envolve abordagem, busca, apreensão e desvio, em alto mar, de navios suspeitos de serem utilizados para contrabando ou tráfico humano.</p> <p>Em junho de 2016, o Conselho prorrogou o mandato da operação Sophia, reforçando-o através da adição de duas tarefas de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none">• Treino da GC e Marinha líbias;• Contribuir para a implementação do embargo de armas da ONU em alto mar ao largo da costa da Líbia.



A EU NAVFOR MED Operação Sophia foi projetada em 4 fases:

- A primeira fase consistiu no processo de aquisição de SA abrangente acerca da atividade das redes de contrabando e tráfico humano (esta fase já está concluída);
- A segunda fase prevê a abordagem, a busca, a apreensão e o desvio de embarcações de contrabando em alto mar, nas condições previstas pelo Direito Internacional aplicável. Esta atividade será estendida às águas territoriais mediante Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR) e consentimento do Estado costeiro em questão;
- A terceira fase expande ainda mais essa atividade até, inclusive, à adoção de medidas operacionais contra navios e bens relacionados, suspeitos de serem utilizados para contrabando ou tráfico humano dentro do território do Estado costeiro. Mais uma vez, isto está sujeito ao quadro legal necessário estabelecido por uma UNSCR e após o consenso do Estado costeiro;
- Finalmente, a quarta e última fase consistirá na retirada de forças e na conclusão da operação.

O presente mandato da EU NAVFOR Operação Sophia terminará a 31 de dezembro de 2018. Está prevista uma revisão estratégica desta Operação durante a primavera de 2018.

Como resultado, e como parte de sua abordagem abrangente para a Somália, a UE lançou a EU NAVFOR ATALANTA em dezembro de 2008 dentro da estrutura da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e de acordo com as diretrizes relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Direito Internacional.

Mandato:

- Proteção dos navios do *World Food Programme* (WFP), da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e de outras embarcações vulneráveis;
- Deter e perturbar a pirataria e o assalto à mão armada no mar;
- Monitorizar as atividades de pesca na costa da Somália;
- Apoiar outras missões da UE e organizações internacionais que trabalhem para reforçar a segurança e a capacidade marítima na região.

A presença naval no HoA tem sido irregular ao longo dos últimos mandatos. O apoio de Estados parceiros da UE como a República da Coreia e da República Popular da China tem contribuído para o esforço da UE em manter presença naval dissuasora das atividades de pirataria.

A EU NAVFOR ATALANTA procura, sempre que possível, um *Legal Finish*. A transferência de piratas suspeitos para julgamento pelas autoridades competentes continua a ser essencial como corolário da missão dos navios no mar.

O atual mandato termina em 31 de dezembro. Na recente Revisão Estratégica holística e coordenada do envolvimento da PCSD na Somália e no Corno de África o Comité Político de Segurança (COPS) propôs a sua extensão até dezembro de 2020.



	<p>Como se pode compreender, estas duas operações de segurança marítima ocorrem em espaços essenciais para a segurança marítima global. A escolha não foi certamente aleatória, pois coincide com algumas das preocupações da EU: controlo da imigração ilegal e rotas comerciais livres ou pelo menos com a ameaça diluída.</p>
--	--



Pergunta nº 3: Tendo em conta a relevância das Operações de Segurança Marítima que futuro considera que este tipo de operações tem no panorama atual da política externa da UE?

Entrevistado	Resposta
1	<p>Na questão da migração, como já disse, vai haver um agravamento, e onde a segurança marítima vai cada vez mais ser chamada a garantir a segurança das fronteiras marítimas da União Europeia. Em termos bélicos, eu já sou um pouco mais cético relativamente a isso, porque a União Europeia continua a depender em muito, ou os países da União Europeia continuam a depender muito daquilo que é a influencia da NATO para as questões mais bélicas, apesar de nós na Estratégia Global da União Europeia termos referencia aquilo que é uma postura mais assertiva da Rússia, e não podemos claramente dispensar essa posição mais assertiva da Rússia, mas eu diria que neste momento há uma redistribuição daquilo que é o esforço, e que há aqui duas áreas, duas perceções distintas relativamente ao que são as ameaças quer da União Europeia quer da própria NATO. Temos por um lado, África destabilizada, fenómenos migratórios, criminalidade, terrorismo, e temos por outro lado a ameaça a leste que preocupa essencialmente os países que fazem fronteira com a Rússia. Esses países têm claramente uma preocupação relacionada com esta postura mais assertiva da própria Rússia, enquanto os países do Mediterrâneo a grande preocupação não é a assertividade da Rússia, tem a ver fundamentalmente com aquilo que são as dinâmicas migratórias do sul. E nisso o documento da Estratégia Global coloca enfase nessas duas perspetivas, embora, na minha opinião haja uma redistribuição daquilo que é uma União Europeia mais virada para a segurança a sul, ou seja, para conter os fenómenos migratórios libertando a NATO para aquilo que é uma postura mais assertiva da Rússia a leste, e nós vemos que as missões da União Europeia estão mais concentradas a sul, no Mediterrâneo, no Golgo de Áden enquanto a NATO está na zona a mais norte e sobretudo naquilo que é a contenção mais na fronteira terrestre com a Rússia, e portanto, eu diria que para a União Europeia a vertente marítima se vai concentrar mais a sul decorrente daquilo que são as ameaças a sul. Em termos teóricos há esta conjugação de esforços, na NATO mais virada para esta assertividade a leste, enquanto a União Europeia tem focado essencialmente mais a sul. E temos que ver que em termos de capacidades musculadas esse é um pouco o ADN da União Europeia, esta não tem sido projetada para esta questão da capacidade mais musculada, tem estado sim mais virada para as questões securitárias. A questão da segurança e da defesa, e aqui o âmbito da defesa tem estado muito mais encaminhado para a própria NATO enquanto a segurança tem estado mais a recair para a União Europeia.</p>
2	<p>Tendo uma ameaça torna-se mais fácil identificar qual o empenhamento, qual a motivação para desenvolver esse tipo de atividades. Uma coisa é certa, a União Europeia mesmo que essas ameaças ficassem mais difusas e menos claras, nomeadamente a questão da pirataria com a Atalanta, a questão da migração no Mediterrâneo, eu penso que é importante que a União Europeia continue a manter esta forma de operar, até para garantir que as marinhas continuam a ter interação entre elas, embora a maior parte</p>



	<p>dos países da União Europeia faça parte também da NATO há outros que não o fazem e por tanto a União Europeia podia ganhar aqui uma capacidade autónoma de conduzir essas operações, neste momento ainda não a tem até porque o quartel general da Atalanta é por exemplo em Nortwood. Mas com a cooperação estruturada permanente e com o desenvolvimento de capacidades próprias, ao desenvolver essas capacidades temos que as por em prática havendo ou não uma razão operacional para o fazer. Agora, tínhamos é que garantir, à semelhança do que acontece com as forças navais da NATO que independentemente ou não de haver uma ameaça clara elas nunca terminaram, elas mantiveram-se sempre em ação, quer para manter a interoperabilidade, para manter o treino conjunto, para garantir que as forças em qualquer momento, e os próprios Quartéis Gerais que iriam manter o Comando e Controlo, estariam, digamos assim, oleados para que essas forças quando e onde fossem precisas pudessem atuar. Porque se, vamos imaginar, a pirataria agora baixava bastante e deixava de haver razão para continuar a Atalanta como deixou de haver para a <i>Ocean Shield</i>, a questão migratória no Mediterrâneo, vamos imaginar que claramente ficava controlada e deixava de haver uma razão para o envolvimento direto para forças navais e aéreas na questão do controlo da migração, perdia-se este conhecimento que, entretanto, foi adquirido. Era importante garantir que haveria uma continuidade do empenhamento desses meios, se a União Europeia quiser de alguma forma continuar a demonstrar a sua capacidade e ser autónoma de alguma forma no controlo da sua zona de influência, na sua zona de responsabilidade dentro ou fora da NATO, mas tentando juntar todos os países da União Europeia seria importante que eles continuassem a deter esta capacidade.</p>
3	<p>A OPERAÇÃO Atalanta é sempre convocada como um grande fator de sucesso da política externa da União.</p> <p>Olhando para a Estratégia Global da União Europeia de 2016 identificamos que a segurança marítima é uma das suas prioridades. Curiosamente, relativamente à Estratégia Europeia de Segurança (2003), verifica-se uma alteração de paradigma, na medida em que nesta última estratégia, à exceção da pirataria, a segurança marítima, como conceito na Política Europeia de Segurança e Defesa, não existia. Assim, em termos futuros, é esperado que a União continue a conferir prioridade às operações de segurança marítima.</p>
4	<p>A União Europeia é praticamente uma península, rodeada de mar por quase todos os lados e de facto grande parte daquilo que são os desafios de segurança que são colocados hoje em dia à União Europeia, têm origem no mar, não só aqueles que estão enquadrados no âmbito da segurança marítima como outros no âmbito do <i>hard power</i>, desafios colocados pela Rússia e pela China, ou seja já numa perspetiva mais de <i>hard power</i>, portanto, eu acho que tem um papel fundamental.</p>
5	<p>Relativamente à Operação SOPHIA, como já referido, está prevista uma Revisão Estratégica pelo Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) que será presente ao COPS e Comité Militar (EUMC) para aconselhamento. Não existem indicadores contrários à continuidade da Operação.</p> <p>A extensão do mandato da Operação ATALANTA estará em fase de aprovação pelo Conselho Europeu.</p>



As águas em redor do continente africano, nomeadamente o Golfo da Guiné (GoG), devem merecer mais atenção e **ser objeto de uma abordagem coordenada a nível internacional**. O aumento dos níveis de pirataria e de assaltos à mão armada nas águas do GoG chamam a atenção para a necessidade de uma ação coordenada a nível da UE, onde se inclua a ligação entre a atual e a futura ajuda ao desenvolvimento de capacidades concedida pela EU, e as medidas tomadas pelos países da região.

Portanto, consideramos que para além da previsão da manutenção das duas missões em curso, pela sua importância estratégica, é possível uma futura missão militar no GoG, que viria a complementar todo o esforço de melhoria organizacional que a UE está a fazer na região.



Pergunta nº 4: Na sua opinião, como tem a Política Externa da UE influenciado as Operações de Segurança Marítima da UE?

Entrevistado	Resposta
1	<p>Eu considero sempre que as operações militares são um instrumento da Política Externa e não o contrário. Eu creio que as operações marítimas são sempre um apoio aquilo que é a Política Externa da UE. A pergunta deve ser formulada ao contrário, ou seja quando a UE projeta capacidades militares, nomeadamente as navais, para o Mediterrâneo ou eventualmente para outras zonas do globo sobretudo no hemisfério sul, estamos a falar de um instrumento de Política Externa e que deve ser integrado com outros como a diplomacia, a questão da ajuda ao desenvolvimento, e portanto isto é apenas e só um braço, um instrumento, um ramo daquilo que é a contribuição dos diversos instrumentos do poder e que contribuem claramente para aquilo que é a definição da Política Externa da UE. Eu creio, e a convicção que tenho é que, as operações de segurança marítima são um importante instrumento da Política Externa da UE, porque elas devem ser vistas sempre à luz daquilo que é a Política Comum de Segurança e Defesa da UE que é uma parte da Política Externa e de Segurança da UE. Portanto, temos que ver ao contrário, elas foram criadas, aquilo que são as missões as operações militares, e em concreto aqui as operações de segurança marítima, devem ser sempre vistas, e isso acontece com os Estados, como uma ferramenta, um instrumento para a Política Externa, ou seja, os interesses dos Estados e dos interesses da UE. O contrário é estarmos a virar o processo ao contrário. Já não sou tão favorável a essa abordagem como se a Política Externa tivesse em conta ou fosse fortemente influenciada por aquilo que são as operações. As operações é que são decorrentes daquilo que é a visão política, ou seja, era estarmos a alterar a construção em termos teóricos que as operações favorecem e apoiam à estratégia e a estratégia apoia a política. É quase como nós estarmos a ver as coisas ao contrário. A visão tem de ser diferente. Ou seja, as operações são um instrumento, como são outros como os económicos, os políticos, os militares, se olharmos para as divisões do poder, são tudo instrumentos para a Política Externa, e é nessa perspetiva que devemos ver as operações de segurança marítima, como um instrumento de Política Externa.</p>
2	<p>Eu acho que é uma influência mútua, ou seja, tem sido um <i>win win</i>. A Política Externa da UE tem encontrado na Política Comum de Segurança e Defesa, a PCSD, acabam por ser complementares, até porque a Alta Representante funciona aqui com este duplo chapéu e ela integra estas duas áreas e na minha opinião tem sido mutuamente influenciadoras uma da outra, ou seja, quando a UE verifica que precisa de um instrumento da área da defesa tem sabido encontrar esse instrumento e tem verificado que na área da defesa é a Política Externa que suporta o envolvimento dos meios da área da defesa. Um aspeto que eu acho que continua a ser muito importante, e eu diria fundamental para a UE é atuar sempre num quadro legal, ou seja, na Atalanta só o fez depois de garantir que as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas o permitiam e eram suficientemente robustas para que pudesse atuar dentro de um quadro legal, e a mesma coisa acontece também aqui no Mediterrâneo, portanto, a UE</p>



	<p>fundamentalmente preocupa-se primeiro em garantir que há um quadro legal internacional que permita depois a sua ação, e aí a Política Externa da UE tem uma importância muito grande. Neste momento, eventualmente, poderá ficar um bocadinho mais problemática porque um dos países do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que era o Reino Unido, e que fazia parte da UE, vai sair, e, portanto, ficamos só com um país, só com a França a defender as posições obviamente francesas, mas também como sendo um ponta de lança da UE, e assim ficamos um pouco mais fragilizados, pois sempre eram dois países em cinco e agora é um em cinco.</p>
3	<p>Considerando que as operações militares da União se desenvolvem no âmbito da política externa, torna-se lícito deduzir que existe uma relação direta entre a política externa e as operações. Note-se, contudo, que, no domínio marítimo, nem tudo se desenvolve no âmbito da política externa, entendida como Política Comum de Segurança e Defesa.</p> <p>Com efeito, existem várias iniciativas no âmbito da segurança marítima que recaem em outros domínios, como por exemplo na área da segurança interna (Agência: FRONTEX), no domínio da mobilidade (Agência: EMSA) e das pescas (Agência: EFCA), bem como na área da capacitação (CRIMGO, desenvolvido pela Comissão), entre outras iniciativas. Estas iniciativas, estão fora da tradicional política externa, contudo não deixam de ser consideradas ações externas desenvolvidas por todos aqueles atores que foram referidos em cima. Esta prática quotidiana vem assim no seguimento do Tratado de Lisboa que ditou o fim da estrutura por pilares da UE (Comunidades, PESC e JAI), facilitando deste modo a ligação entre todos os atores e as atividades desenvolvidas no domínio marítimo.</p>
4	<p>A Política Externa determina as Operações de Segurança Marítima, por exemplo, quando a Política Externa considerou importante e significativo o que estava a acontecer na bacia da Somália lançaram a Operação Atalanta, que foi a primeira operação de segurança marítima da UE. Portanto, a PESC acaba por determinar a PCSD, e esta acaba por determinar as Operações de Segurança Marítima. É uma relação de determinação.</p>
5	<p>O EEAS (Serviço Europeu de Ação Externa) está envolvido no processo de resposta a crises desde o seu início e é também ao nível do EEAS que é feita a avaliação que determina a continuidade das missões/operações (<i>Strategic Reviews</i>).</p> <p>Neste sentido, são as decisões estratégicas de política externa que levam à existência de operações de segurança marítima. A EU tenta tratar os problemas de forma holística, começando quase sempre por uma abordagem civil. Como se pode ver no esquema infra, a Somália e a Líbia são dois bons exemplos de missões civis a decorrerem ao mesmo tempo que missões militares.</p> <p>Embora não decorra atualmente qualquer missão civil da UE no GoG (países costeiros), sendo uma zona de grande preocupação, a UE está a dar todo o apoio na organização, comando e controlo que permita um panorama mais claro e uma intervenção mais efetiva relativamente às diversas ameaças que grassam na região.</p>